

Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa



Projeto Educativo

2017 – 2020

(Revisto em 31/01/2019)

Índice

Introdução	3
Parte I – Contexto e Identidade da Comunidade Educativa	4
1. Meio Envolvente	4
1.1. Características Socioeconómicas	4
2. Caracterização do Agrupamento	5
2.1. O que fomos (História)	5
2.2. O que somos (Contexto)	5
Análise do Ambiente (Análise <i>SWOT</i>)	11
Parte II – Planeamento Estratégico	13
Visão	13
Missão	13
Objetivos Gerais	13
Parte III - Metas	20
Sucesso Escolar na Avaliação Externa	20
Sucesso Escolar na Avaliação Interna	21
Indisciplina	22
Outras Metas do Projeto Educativo	22
Parte IV - Avaliação do Projeto Educativo	22

INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto-Lei n.º 137/2012, que republica o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, no seu artigo 9.º, número 1, alínea a), entende-se o Projeto Educativo (PE) como “o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.” Deste modo, o PE surge no quadro normativo vigente como um documento referencial de qualquer instituição educativa, consistindo a sua função não apenas em garantir a permanência dinâmica do que de positivo foi logrado anteriormente, como também a determinação de novos horizontes e metas que sirvam de alicerces ao planeamento, desenvolvimento e inovação e, simultaneamente, de motor do sentir e do sentido da própria instituição que o elaborou e aprovou.

O PE do Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa (AESCT) pretende constituir-se como um elemento estruturante da mobilização da comunidade educativa em torno de prioridades e metas pedagógicas claramente definidas, a operacionalizar e a avaliar, suscetíveis de introduzir melhorias significativas. Para definir os princípios, os valores, as metas e as estratégias a que o Agrupamento se propõe comprometer e desenvolver para os próximos anos, considerou-se o seu historial, o meio socioeconómico em que está inserido, o corpo docente e demais características da comunidade escolar, bem como a avaliação do anterior PE.

O PE, enquadrado por estes princípios definidores, assenta fundamentalmente na defesa da qualidade e do rigor do ensino, na atenção e empenhamento postos na educação dos alunos, na responsabilização por aprendizagens significativas e na contribuição ativa para a consecução do perfil do aluno no final da escolaridade obrigatória. Esta ênfase na exigência perpassa também para a componente organizacional em que pretendemos um Agrupamento que, de entre as múltiplas ações nela desenvolvidas, sabe diferenciar as essenciais das acessórias e as hierarquiza em prol da sua função fundamental de educar/ensinar; por outro lado, não se reconhece apenas como um lugar, mas também como um tempo de acompanhamento continuado dos percursos dos seus alunos.

De modo a obter uma visão global da dinâmica educativa do Agrupamento, este PE de Agrupamento integra, para além do presente documento, os seguintes elementos, traduzidos em dois documentos autónomos e um anexo:

- Um elemento curricular – O Projeto Curricular de Agrupamento;
- Um elemento de execução – O Plano Anual de Atividades.
- Um elemento regulador – O Regulamento Interno;

Tendo por intencionalidade responder às necessidades sentidas por parte da comunidade educativa, através de uma construção alicerçada em olhares diferentes sobre a organização e o funcionamento do Agrupamento, pretende-se que este PE seja assumido por toda a comunidade educativa, desde alunos, pais e encarregados de educação, docentes, até aos nossos parceiros educativos, como um elo de união em torno da construção da escola, na certeza de que o envolvimento de cada um nos conduzirá ao êxito do coletivo.

PARTE I – CONTEXTO E IDENTIDADE DA COMUNIDADE EDUCATIVA

1. Meio Envolvente

Limitado a nordeste pelo município de Castro Daire, a sueste por Viseu, a sul por Vouzela, a sul e oeste por Oliveira de Frades (região norte), a oeste por Vale de Cambra e a noroeste por Arouca, o concelho de São Pedro do Sul encontra-se no limite da Beira Alta com a Beira Litoral, contando com catorze freguesias, numa área de 348 km², para um total de 16.851 habitantes, segundo os censos de 2011. Este concelho rico em património, turismo, gastronomia e paisagens únicas, detém uma posição privilegiada nesta região devido à sua centralidade face à capital de distrito e ao importante núcleo das Termas de São Pedro do Sul.

O concelho de São Pedro do Sul preserva uma combinação diversificada de recursos naturais de grande valor ecológico e paisagístico. Ao valor absoluto intrínseco à qualidade de cada um deles junta-se o seu valor relativo, que lhe advém da sua raridade na área geográfica no qual se inclui. À qualidade do meio ambiente propiciada pelos rios Vouga, Sul e Teixeira, bem como as inúmeras pequenas ribeiras-afluentes, alia-se a constituição geológica e tectónica do majestoso maciço montanhoso da Freita-Gralheira, que ora lhes dificulta o percurso, originando gargantas apertadas e belíssimas quedas de água, ora lhes permite que se espaiem e dêem origem a inúmeras praias fluviais, aprazíveis pela qualidade e limpidez das águas, pelo coberto arbóreo, arbustivo e herbáceo que cobre as vertentes, criando um ecossistema rico e diversificado.

Presentemente, o concelho de São Pedro do Sul integra dois Agrupamentos de Escolas, uma Escola Profissional e duas instituições privadas detentoras de valências ao nível da Educação Pré-Escolar. Apesar do nível de escolaridade ter vindo a aumentar, este concelho, em 2011, continuava a registar uma taxa de analfabetismo de 9,1%, verificando-se que a população residente possui, em geral, baixas qualificações académicas, sendo que apenas 7,5% dos indivíduos residentes possui um nível de ensino superior (Censos de 2011). A taxa de desemprego, segundo os referidos Censos, é de 11,0%, sendo a inserção no mercado de trabalho dificultada pela baixa escolaridade e pela baixa qualificação da população ativa.

1.1. Caraterísticas Socioeconómicas

Os elementos naturais, associados ao seu carácter montanhoso (mais evidente na zona norte do concelho), condicionam as características físicas e humanas de São Pedro do Sul. Deste modo, o concelho caracteriza-se por ser um meio rural, com elevado índice de envelhecimento populacional e apresentar uma percentagem significativa da população desempregada ou inativa, onde a maioria das famílias revela um baixo nível de escolaridade, rendimentos medianos ou baixos, predominando uma agricultura de subsistência aliada a uns insipientes setores secundário e terciário.

Do ponto de vista demográfico, verifica-se um lento mas persistente declínio populacional que se tem repercutido numa consistente diminuição do número de alunos em todo o concelho, o que levou já ao encerramento de alguns jardins e escolas do 1.º ciclo.

Os maiores problemas com que se deparam as diversas escolas do Agrupamento prendem-se com o nível socioeconómico dos agregados familiares e o isolamento a que estão sujeitos os alunos, escolas e famílias. A maioria dos alunos é proveniente de famílias da classe média-baixa: famílias nucleares, em que apenas um membro adulto trabalha, pontuadas por algumas famílias desestruturadas, sem um enquadramento profissional claro.

Apoios socioeconómicos

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR							
Ciclos	População Escolar	Escalaões				Total	
		A		B			
EPE	79	15	18,8%	14	17,5%	29	36,3%
1º CEB	118	40	33,9%	30	25,4%	70	59,3%
2º CEB	59	26	44,1%	10	16,9%	36	61,0%
3º CEB	106	36	34,0%	21	19,8%	57	53,8%
TOTAL AGRUPAMENTO	362	117	32,2%	75	20,7%	192	52,9%

Projeto Educativo 2017 - 2020

SUPLEMENTO ALIMENTAR			
Ciclos	População Escolar Abrangida		Total
1º CEB	4	3,4%	118
2º CEB	8	21,3%	80
3º CEB	12	11,1%	108

O nível médio de escolarização dos pais/encarregados de educação tem vindo gradualmente a subir, situando-se no presente ano letivo, na sua maioria, no secundário e 3.º ciclo. O Agrupamento, no ano letivo 2017/2018 atribuiu apoio a mais de 50% dos alunos, fornecendo ainda suplemento alimentar a vinte e quatro. No 1.º ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-escolar, os apoios são assegurados pela Câmara Municipal, ao nível da alimentação e transporte.

CONTEXTO FAMILIAR											
		EPE		1.º Ciclo		2.º Ciclo		3.º Ciclo		TOTAL	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Habilitações Encarregados de Educação	1º CEB	1	2	3	5	2	3	13	10	19	20
	2º CEB	2	3	7	10	9	7	20	12	38	32
	3º CEB	14	9	21	18	6	8	12	13	53	48
	Secundário	18	12	23	13	1	14	17	6	59	45
	Bacharelato	-	-	-	-					0	0
	Licenciatura	9	8	11	4	2	3	3	2	25	17
	Pós-graduação	1		1						2	0
	Mestrado	1		1	1		2			2	3
	Desconhecida			1		2		1	1	4	1
Total		46	34	68	51	22	37	66	44	202	166
		80		119		59		110		368	

2. Caracterização do Agrupamento

2.1. O que fomos (História)

- 1998 – Criação da Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa – 1.º, 2.º e 3.º ciclos;
- 1999-2000 – Criação do Agrupamento Vertical, com sede na EBI, englobando os Jardins de Infância e EB1 das freguesias de Manhouce, Valadares, São Cristóvão de Lafões e Santa Cruz da Trapa e denominado Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa;
- 2003 – Alteração aos Agrupamentos do Concelho, pela aplicação do Despacho n.º 13313/2003, de 8 de junho, com a consequente alteração da abrangência geográfica deste Agrupamento, que passou também a integrar os Jardins de Infância e EB1 das freguesias de Carvalhais e Serrazes, passando a denominar-se Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa;
 - 2004 – Encerramento da EB1 da Pedreira;
 - 2008 – Encerramento da EB1 e Jardim de Infância do Covelo, freguesia de Valadares;
 - 2010 - Encerramento da EB1 da Gralheira, freguesia de São Cristóvão de Lafões;
 - 2011 - Encerramento das EB1 de Sá e Freixo, freguesia de Carvalhais e Serrazes respetivamente, assim como do Jardim de Infância da Gralheira, freguesia de S. Cristóvão de Lafões.
 - 2014 - Encerramento do Jardim de Infância de Freixo, freguesia de Serrazes, e das EB1 de Serrazes e Valadares.

2.2. O que somos (Contexto)

O AESCT, cuja sede se situa na vila de Santa Cruz da Trapa, a 10 Km da sede do concelho, São Pedro do Sul, no distrito de Viseu, abrange quatro Jardins de Infância, uma EB1, um Polo Pedagógico (1.º Ciclo e Jardim

Projeto Educativo 2017 - 2020

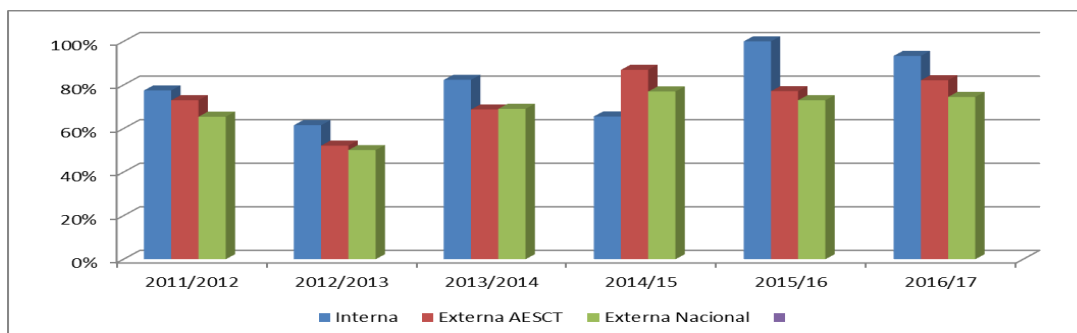
de Infância) e a EBI (1.º, 2.º e 3.º ciclos), situados na União de freguesias de Carvalhais e Candal, nas freguesias de Serrazes, Valadares, Manhouce e na União de freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões.

2.2.1. Resultados escolares

Comparação da taxa de sucesso avaliação interna / externa (AESCT) / externa nacional - 9.º Ano

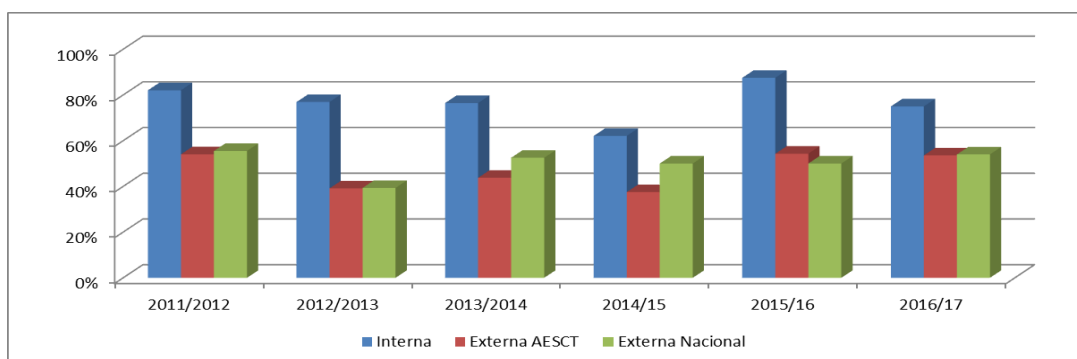
Português

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/15	2015/16	2016/17
Interna	77,50%	61,54%	82,35%	65,52%	100%	93,33%
Externa AESCT	72,97%	52,17%	68,75%	86,95%	77,14%	82,14%
Externa Nacional	65,41%	50,10%	69,04%	77,00%	73%	74,5%



Matemática

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/15	2015/16	2016/17
Interna	82,05%	76,92%	76,47%	62,07%	87,50%	75,00%
Externa AESCT	54,05%	39,13%	43,75%	37,5%	54,30%	53,57%
Externa Nacional	55,51%	39,34%	52,51%	50,00%	50,00%	53,98%



Taxas de Repetência

1º CICLO									
Indicadores	Ano letivo	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano	
		Nº. alunos	%	Nº. alunos	%	Nº. alunos	%	Nº. alunos	%
Retidos	2013/14	-	-	2	4,88%	0	-	1	1,67%
	2014/15	-	-	2	6,45%	2	5,6%	1	2,3%
	2015/16	-	-	2	6,45%	0	-	0	-
	2016/17	-	-	4	12,5%	0	-	0	-
2º CICLO									
Indicadores	Ano letivo	5º Ano		6º Ano					
		Nº. alunos	%	Nº. alunos	%				
Retidos	2013/14	6	20%	2	5%				
	2014/15	3	5,7%	0	-				
	2015/16	0	-	1	2%				
	2016/17	0	-	0	-				

3.º CICLO							
Indicadores	Ano letivo	7º Ano		8º Ano		9º Ano	
		Nº. alunos	%	Nº. alunos	%	Nº. alunos	%
Retidos	2013/14	4	10%	5	14,71%	3	9%
	2014/15	4	11,1%	1	2,5%	6	20,7%
	2015/16	1	3,7%	0	-	0	-
	2016/17	6	12,24%	1	4%	0	0

2.2.2. Abandono escolar / absentismo / Indisciplina

As taxas de abandono decresceram gradualmente, tendo-se alcançado a sua erradicação no ano letivo 2010/2011, não havendo registo, desde esse ano, de qualquer abandono pelos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória.

No que concerne ao absentismo, as taxas situam-se a um nível zero, visto que as poucas faltas registadas se encontram devidamente justificadas pelos pais/encarregados de educação.

Ao nível das ocorrências disciplinares, é de referir que estas atingiram um pico bastante elevado no ano letivo 2014/2015, tendo depois diminuído o número e a gravidade das situações, embora com alguns casos pontuais a necessitarem de uma intervenção multidisciplinar.

INDISCIPLINA					
Ano letivo	N.º total de ocorrências disciplinares	N.º total de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares	N.º total de medidas disciplinares corretivas	N.º total de medidas disciplinares sancionatórias	Total de Medidas Disciplinares
2013/14	1	1	1	-	1
2014/15	27	10	24	3	27
2015/16	4	4	3	1	4
2016/17	8	6	7	1	8

2.2.3 Recursos Humanos

O Agrupamento possui uma estrutura reticular, mas sempre interatuante, pois ela é, antes de mais, uma Comunidade Educativa, sendo composta por docentes, não docentes, discentes, pais/encarregados de educação e restante envolvência social.

Pessoal Docente						
	Ed. Pré-Escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ed. Especial	TOTAL
QA/QZP	8	12	10	18	5	53
Contratado	-	-	-	4	-	4
TOTAL	8	12	10	22	5	57

Pessoal não Docente				
	EBI	1º CEB	JI	TOTAL
Assistentes Técnicos	4	-	-	4
Assistentes Operacionais	16	1	5	22
Assistentes Operacionais (CMSPS)	1	3	8	12
TOTAL	21	4	13	38

Pessoal Técnico	
Psicóloga	1
Animadora Sociocultural	1
Terapeuta da Fala	1
TOTAL	3

Alunos				
Anos /Ciclo		Homens	Mulheres	TOTAL
JARDIM INFÂNCIA		46	33	79
1º CEB	1º	19	8	27
	2º	23	12	35
	3º	18	10	28
	4º	10	18	28
	Subtotal	70	48	118
2º CEB	5º	17	13	30
	6º	8	21	29
	Subtotal	25	34	59
3º CEB	7º	28	13	41
	8º	27	14	41
	9º	11	13	24
	Subtotal	66	40	106
TOTAL DO AGRUPAMENTO		207	155	362

Jardim de Infância			
	Alunos	NEE (Decreto-Lei n.º 3/2008)	Intervenção Precoce
Santa Cruz da Trapa	34	1	1
Manhouce	6	-	1
Carvalhais	28	-	-
Serrazes	11	-	1
TOTAL	79	1	3

1.º Ciclo					
Ano	EB1 Santa Cruz da Trapa	EB1 Manhouce	Polo Pedagógico Carvalhais	TOTAL	NEE (Decreto-Lei n.º 3/2008)
1.º	13	5	9	27	1
2.º	22	3	10	35	3
3.º	14	-	14	28	3
4.º	12	5	11	28	1
TOTAL	61	13	44	118	8

2.2.4. Recursos Materiais

A **Escola Básica Integrada** (modelo T18), sede do AESCT, é constituída por um edifício central e pelo pavilhão gimnodesportivo, tendo ainda uma área exterior coberta. O edifício principal é constituído por um bloco único com dois pisos.

No primeiro piso situam-se os serviços administrativos, PBX, gabinetes da direção, GAAF, sala de professores/bar, gabinetes de trabalho para diretores de turma e outros, duas salas de aula, uma sala onde funciona o **Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) – Unidade de Ensino Estruturado (UEE)**, cozinha, cantina, reprografia/papelaria, sala de alunos/bar, uma sala para o pessoal não docente, duas áreas sanitárias e dois *halls*.

No segundo piso estão situadas várias salas de aula, a biblioteca/centro de recursos, **outra sala onde funciona o CAA**, uma área sanitária e duas arrecadações.

O espaço polidesportivo engloba o pavilhão com uma sala de ginástica, um espaço multifuncional para desportos coletivos e um gabinete para professores de Educação Física. Ao nível exterior existe um campo de jogos com piso em alcatrão que possui como equipamento quatro tabelas de basquetebol e duas balizas de futsal. Junto a este espaço de prática desportiva estão os antigos balneários, entretanto adaptados para arrecadação.

O **Jardim de Infância de Santa Cruz da Trapa** possui duas salas de atividades. É um edifício de construção recente, contendo, para além das duas salas de aula, uma sala polivalente e um espaço para refeições. No exterior existe um parque infantil, sendo a restante área em terra batida.

A **EB1 de Manhouce** é composta por duas salas de aula, com um átrio que as separa e que serve de *hall* de entrada. Possui mais duas salas, de reduzidas dimensões, reservadas a arrumos e acolhimento de alunos e dois espaços fechados que dão acesso às casas de banho. Tem um espaço exterior de dimensões razoáveis, em terra batida, e um parque infantil.

O **Jardim de Infância de Manhouce** funciona numa sala de 1.º andar, tendo ainda um espaço para refeições e prolongamento, no rés-do-chão, em edifício pertencente à Junta de Freguesia, próximo da escola do 1.º ciclo, repartindo o espaço de recreio com os alunos dessa escola.

O **Jardim de Infância de Serrazes** possui duas salas, com *hall* de entrada, casas de banho, uma cantina nas traseiras e espaço exterior em terra batida.

O **Polo Pedagógico de Carvalhais** comporta alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo da freguesia. Possui um amplo *hall* de entrada que dá acesso às diferentes áreas e onde se encontram casas de banho e portaria. A área reservada ao 1.º CEB possui quatro salas de aula, um campo polidesportivo e um recreio relvado. A área reservada ao pré-escolar engloba duas salas de atividades, uma sala polivalente destinada ao prolongamento do horário do jardim de infância, parque infantil e casas de banho. O edifício está ainda equipado com cantina, biblioteca e espaço para sala de professores.

Os estabelecimentos de ensino do Agrupamento funcionam de acordo com os recursos existentes, conjugados com as necessidades das famílias, no mínimo até às 17h30.

2.2.5. Parcerias

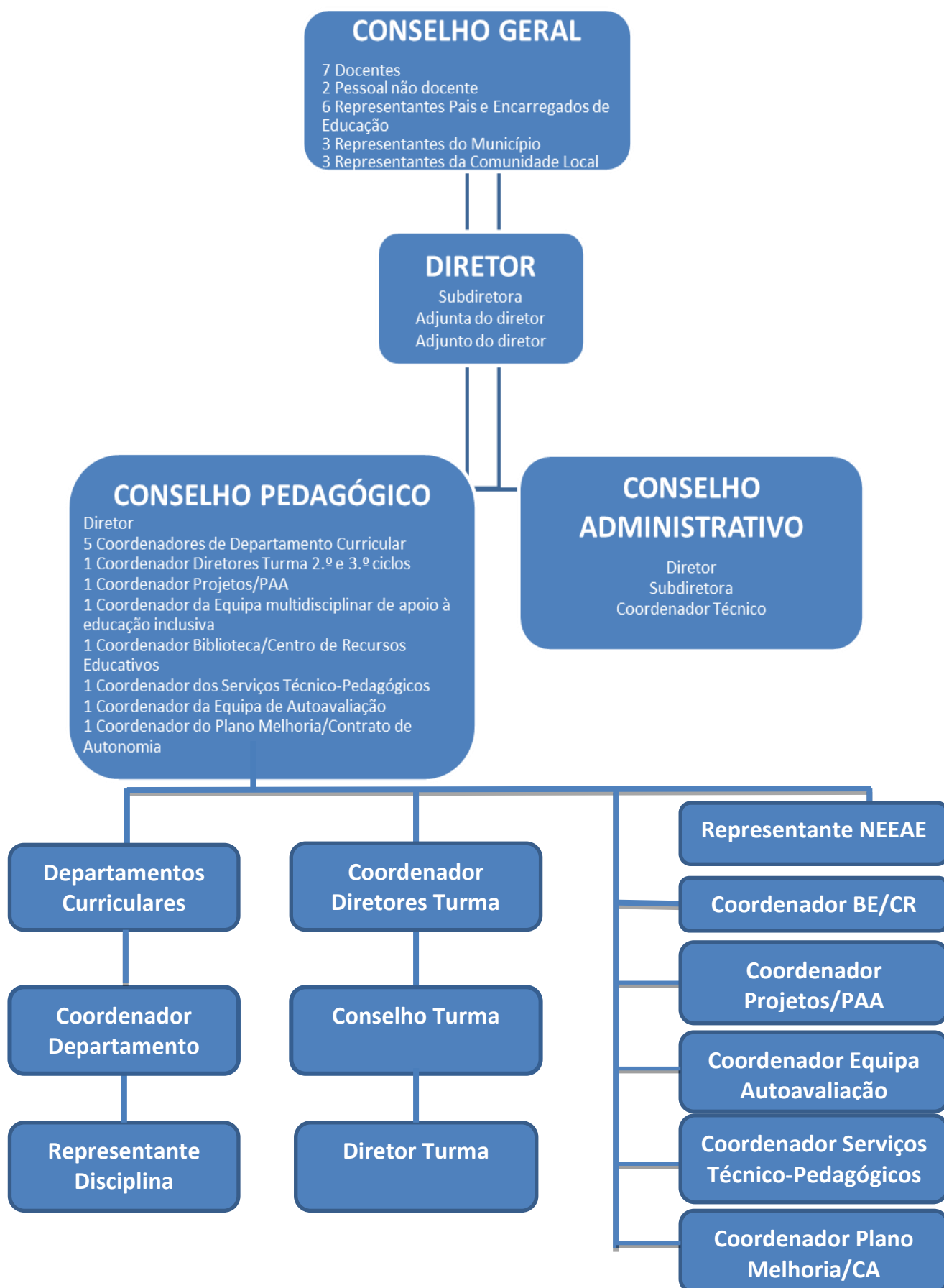
A ligação da escola ao meio envolvente tem estado sempre presente no desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem e em atividades de complemento curricular.

Efetivamente, a escola pretende continuar a fortalecer parcerias com as seguintes entidades:

- Câmara Municipal de São Pedro do Sul;
- Biblioteca Municipal de São Pedro do Sul;
- Comunicação Social da Região (jornais e rádios);
- Juntas de Freguesia do Agrupamento;
- Empresas e escolas da região;
- Centro de Formação de Lafões;
- Universidade Católica Portuguesa;
- Escola Superior de Educação de Viseu;
- Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti;
- Centro Social de Valadares;
- Centro de Promoção Social de Carvalhais;
- ARCA - Associação de Solidariedade Social;
- ASSOL – Associação de Solidariedade Social de Lafões;
- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de São Pedro do Sul;
- Forças de Segurança da Região;
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Centro Hospitalar Tondela-Viseu;
- Centro de Saúde de São Pedro do Sul;
- APPDA – Associação Portuguesa para as Perturbações de Desenvolvimento e Autismo – Viseu;
- APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (Viseu);
- Bombeiros Voluntários Santa Cruz da Trapa;
- Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa;
- AMI – Assistência Médica Internacional;
- Escola Profissional de Carvalhais.

2.2.6. Estrutura Organizacional de Funcionamento

Organograma



Análise do Ambiente (*análise SWOT*)

A avaliação feita ao PE anterior, assim como os resultados do processo de autoavaliação do Agrupamento, bem como os contributos que foram dados pela comunidade educativa através de pareceres e opiniões de carácter mais ou menos formal, permitiram-nos formar a consciência de que muito de bom temos, e que muito temos a melhorar. É pois com base nesta constatação que, após a análise do meio envolvente, vamos agora proceder à elaboração de um diagnóstico estratégico do AESCT, utilizando a metodologia SWOT (*Strengths, weaknesses, opportunities and threats*), com o objetivo primordial de identificar os pontos fortes e as áreas de melhoria, bem como as oportunidades e ameaças com que nos poderemos deparar no período de desenvolvimento deste PE.

PONTOS FORTES

- ✓ Dinâmica/eficácia dos serviços especializados da educação inclusiva na identificação/encaminhamento precoce dos alunos com Necessidades Educativas (NE);
- ✓ Sucesso dos alunos com NE;
- ✓ Existência de um CAA que apoia a inclusão dos alunos no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- ✓ Diversificação de estratégias de ensino/aprendizagem através da utilização das novas tecnologias;
- ✓ Assessoria à disciplina de Matemática, Inglês, Português e no 1.º Ciclo;
- ✓ Detecção e intervenção precoce nos problemas de comunicação, fala e linguagem, prevenindo dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita;
- ✓ Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, que promovem a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória;
- ✓ BE/CRE como estrutura pedagógica integrada no processo educativo ao serviço de toda a comunidade educativa;
- ✓ Detecção precoce de situações em risco de abandono e eficácia das medidas adotadas;
- ✓ Apoio socioeconómico a alunos mais carenciados e reforço deste, sempre que se justifica (suplementos alimentares);
- ✓ Taxa reduzida de casos de indisciplina;
- ✓ Oferta alargada e criativa de atividades de enriquecimento curricular, desenvolvidas de acordo com os interesses dos alunos;
- ✓ Acompanhamento a alunos no período que antecede o início das aulas, após as mesmas, bem como nos recreios;
- ✓ Oferta de atividades de complemento curricular nas interrupções letivas do Natal, Páscoa e Verão;
- ✓ Acompanhamento dos alunos no desenvolvimento do seu projeto vocacional, através do programa de Orientação Escolar e Profissional;
- ✓ Vigilância e controlo interno, como garantia de segurança e tranquilidade;
- ✓ Existência do gabinete de apoio ao aluno e à família, com psicóloga, terapeuta da fala e animadora sociocultural que possibilita o despiste, a orientação, o acompanhamento e intervenção junto dos alunos;
- ✓ Existência de núcleos de trabalho cooperativo entre docentes com a planificação sistemática conjunta de atividades;
- ✓ Reflexão sistemática sobre os resultados escolares tendo em vista a melhoria do desempenho dos alunos;
- ✓ Práticas sistematizadas de utilização de dispositivos de autorreflexão e autoavaliação do Agrupamento, suportadas por um referencial claro e instrumentos precisos;
- ✓ Estabilidade do quadro de pessoal docente em alguns grupos de recrutamento;
- ✓ Estabilidade do quadro de assistentes operacionais;
- ✓ Instalações modernas e com equipamento adequado na maioria dos estabelecimentos escolares;
- ✓ Boa gestão dos espaços e dos recursos humanos do Agrupamento;
- ✓ Existência de mecanismos de projeção da escola para o exterior;
- ✓ Capacidade de inovação e adesão a novos projetos;
- ✓ Qualidade das parcerias do Agrupamento, com efeitos na melhoria das condições da prestação do serviço educativo;
- ✓ Promoção e desenvolvimento de ações de formação de competências parentais, de acordo com as necessidades diagnosticadas;

Projeto Educativo 2017 - 2020

- ✓ Aposta na dinamização de sessões formativas/informativas sobre as problemáticas e assuntos considerados prioritários, tendo como destinatários docentes, não docentes e alunos;
- ✓ Escola aberta, disponível e receptiva aos Pais e Encarregados de Educação.

PONTOS FRACOS

- ✓ Lacunas relevantes nos pré-requisitos necessários à aquisição da leitura/escrita, nomeadamente ao nível da consciência fonológica;
- ✓ Ausência de hábitos de trabalho e de métodos de estudo por parte de alguns dos alunos;
- ✓ Alunos com dificuldades acrescidas ao nível da oralidade, escrita, leitura, educação literária e gramática;
- ✓ Fracos resultados académicos na Matemática, derivados de lacunas significativas nos conhecimentos e nos procedimentos básicos da disciplina e ao nível do raciocínio lógico-dedutivo;
- ✓ Défice de valores de cidadania por parte de certos alunos;
- ✓ Escasso número de horas do recurso da terapia da fala para responder às necessidades diagnosticadas;
- ✓ Número de assistentes operacionais e técnicos abaixo do necessário;
- ✓ Instabilidade do quadro de técnicos especializados;
- ✓ Dificuldade de alocação de tarefas/AO específicas para trabalho com alunos com NE;
- ✓ Algumas carências de recursos materiais específicos, nomeadamente nas salas de Educação Visual e Educação Tecnológica com carência de alguns equipamentos;
- ✓ Espaços exteriores a necessitarem de alguns melhoramentos;
- ✓ Baixo envolvimento parental na escola e reduzida adesão a algumas atividades desenvolvidas.

OPORTUNIDADES

- ✓ Melhoria na rede viária;
- ✓ Melhoria gradual das instalações do primeiro ciclo e jardins de infância;
- ✓ Escola como polo dinamizador de cultura e desporto;
- ✓ Associação de pais/encarregados de educação empenhada em dinamizar actividades, em parceria com a escola;
- ✓ Colocação dos docentes do quadro por um período alargado;
- ✓ Implementação do projecto de autonomia e flexibilidade curricular;
- ✓ Rentabilização das parcerias existentes, nomeadamente com a ESEV, ESE de Paula Frassinetti, Câmara Municipal, Centro de Saúde e ASSOL, entre outras.
- ✓ Parcerias com outros Agrupamentos TEIP e entidades formativas, nomeadamente na implementação do Plano de Formação.

AMEAÇAS

- ✓ Diminuição da taxa de natalidade devido ao envelhecimento populacional e à emigração de indivíduos em idade ativa;
- ✓ Número significativo de alunos com carências socioeconómicas e culturais inerentes ao meio;
- ✓ Aumento progressivo de alunos a necessitarem de reforço alimentar;
- ✓ Instabilidade socioeconómica do meio em que a escola se insere;
- ✓ Localização geográfica periférica do Agrupamento que dificulta o acesso a ofertas culturais diversificadas;
- ✓ Isolamento de algumas localidades;
- ✓ Rede de transportes deficitária que implica que um número considerável de alunos chegue à escola muito cedo e regresse a casa muito tarde;
- ✓ Tendência para matricular os filhos na localidade onde trabalham (fora da área de abrangência do AESCT);
- ✓ Baixas expectativas dos pais/encarregados de educação em relação à escola e à necessidade de valorização académica e cultural;
- ✓ Instabilidade legislativa, com mudanças constantes na política educativa;
- ✓ Baixas expectativas de alguns alunos relativamente ao seu futuro profissional no final do 9.º ano e grande apatia na construção do seu próprio sucesso escolar e profissional.

PARTE II – PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

O AESCT está empenhado na prossecução e desenvolvimento dos seus objetivos estratégicos, organizados em quatro eixos fundamentais, em função dos problemas identificados e dos destinatários/objetivos da intervenção: *Apoio à melhoria das aprendizagens; Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina; Organização e Gestão; Relação Escola - Famílias - Comunidade e Parcerias.*

Estas áreas prioritárias de ação estão interdependentes entre si, mas são passíveis de separação em termos conceituais e nas suas manifestações práticas. Na sua génese, visam estabelecer as linhas de intervenção prioritárias, fundamentadas no diagnóstico concebido previamente.

Visão

Pretendemos um Agrupamento de referência e de excelência para todos.

Um Agrupamento que deverá aliar a excelência da ação educativa ao humanismo da sua intervenção e estar orientado para o desenvolvimento pleno e equilibrado dos seus alunos, enquanto seres individuais conscientes da importância do seu papel no mundo global. Para tal, é indispensável continuar com uma aposta na formação, na aprendizagem e na educação com base em princípios pedagógicos, científicos e éticos, que permitam aos alunos adquirir capacidades que lhes possibilitem a integração na sociedade como agentes criativos, inovadores, empreendedores, eticamente responsáveis no exercício da liberdade individual e coletiva.

Missão

O AESCT considera ser sua missão prioritária, dentro do espírito de serviço inerente à sua condição de escola pública, desenvolver um ensino de qualidade que induza a formação integral de cidadãos responsáveis e empreendedores, preparados para a aprendizagem ao longo da vida, capacitando-os para uma integração harmoniosa e responsável numa sociedade complexa e globalizada em constante mudança.

Por outro lado, é propósito do Agrupamento continuar a promover um clima de escola conducente ao sucesso e a um ensino de qualidade, sustentado pelos princípios do rigor e da solidez do conhecimento, adotando uma política de diferenciação, afirmação e consolidação de áreas de excelência que possam ser apropriadas pela comunidade.

Objetivos Gerais

Os objetivos gerais traduzem os resultados essenciais a atingir pelo Agrupamento no cumprimento da sua Missão e de forma que lhe permitam atingir a Visão que tem, organizados em torno dos quatro eixos fundamentais acima mencionados: *Apoio à melhoria das aprendizagens; Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina; Organização e Gestão; Relação Escola - Famílias - Comunidade e Parcerias.*

Para fazer face às problemáticas identificadas, exige-se a mobilização de toda a Comunidade Escolar, nela incluindo os Órgãos de Gestão e Pedagógicos, os Docentes, os Discentes, o Pessoal Não Docente, os Encarregados de Educação e a Comunidade envolvente. Desta forma, assume particular relevância a organização e dinamização de iniciativas concretas e mobilizadoras, explorando e rentabilizando, não apenas os recursos e saberes da escola, os protocolos e parcerias com outras entidades, mas também as potencialidades e contextos dos próprios alunos e das suas famílias.

Partindo das áreas de intervenção definidas e da premissa de que ao determinar-se um objetivo se tem como finalidade a clarificação de um processo, explicitando o que se deseja fazer, o tipo de situações a criar, assim como o tipo de resultados a que se pretende chegar, foram delineados os seguintes objetivos estratégicos:

Quadro Síntese dos Eixos / Objetivos

EIXO	Objetivos Gerais	Objetivos específicos
Apoio à melhoria das aprendizagens	1. Consolidar um Agrupamento de escolas que concorra para o sucesso de todos os alunos, em busca dos mais elevados níveis de rendimento escolar.	1.1. Melhorar o sucesso educativo, tendo em conta as metas educativas definidas; 1.2. Promover o mérito valorizando os saberes escolares; 1.3. Fomentar contextos potenciadores do desenvolvimento integral da criança, na educação Pré-Escolar (1.ª etapa da educação básica).
	2. Formar os alunos para o respeito pelos valores da dignidade da pessoa humana, o direito à diferença e à inclusão e pela luta pela democracia, solidariedade e cidadania.	2.1. Promover a formação integral dos alunos nas vertentes, física, intelectual, cultural, cívica e social; 2.2. Promover a igualdade de oportunidades dos alunos, atendendo à diversidade da sua condição humana, social e económica; 2.3. Consolidar o processo de inclusão das crianças/alunos com NE.
	3. Promover a implementação de práticas inovadoras, fornecendo ao aluno uma resposta educativa adequada às exigências futuras enquanto estudante, trabalhador e cidadão.	3.1. Cultivar o desenvolvimento de práticas inovadoras, rentabilizando os conhecimentos adquiridos; 3.2. Promover atividades tendentes à consciencialização da comunidade educativa para as questões cívicas, ambientais e da promoção da educação para a saúde e segurança.
Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina	4. Promover no Agrupamento um clima de segurança e um ambiente propiciador do gosto de estar na escola.	4.1. Manter o abandono escolar nulo; 4.2. Reduzir o absentismo; 4.3. Reduzir a indisciplina.
Gestão e Organização do Agrupamento	5. Assegurar práticas de organização interna adequadas ao desenvolvimento do AESCT e do seu PE.	5.1. Incentivar ações e processos de melhoria contínua da qualidade, do funcionamento e dos resultados da escola, através da promoção de mecanismos de autoavaliação; 5.2. Melhorar a eficácia dos circuitos de comunicação e informação, a nível interno e externo.
	6. Promover o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e profissionais de todos os elementos da comunidade educativa.	6.1. Proporcionar aos diversos elementos da comunidade educativa uma oferta diversificada de ações de formação/ sensibilização devidamente enquadradas no plano de formação do AESCT e ajustadas às necessidades diagnosticadas; 6.2. Promover nos atores educativos sentimentos de motivação e pertença pela escola.
Relação Escola-Família-Comunidade e Parcerias	7. Promover uma escola em permanente ligação com o meio envolvente, numa dialética construtiva com a comunidade local.	7.1. Promover o envolvimento e responsabilização dos pais/encarregados de educação no percurso escolar e no sucesso educativo dos seus educandos; 7.2. Maximizar o intercâmbio entre a escola e os parceiros educativos; 7.3. Garantir o apoio socioeconómico e a segurança necessários ao bem-estar do aluno.

EIXO I – Apoio à melhoria das aprendizagens

Objetivo Geral	Objetivos específicos	Ações a desenvolver	Indicadores /Fontes de Informação
1. Consolidar um Agrupamento de escolas que concorra para o sucesso de todos os alunos, em busca dos mais elevados níveis de rendimento escolar.	1.1. Melhorar o sucesso educativo, tendo em conta, nomeadamente, as metas educativas definidas;	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da interdisciplinaridade e articulação horizontal e vertical (departamentos curriculares e conselhos de turma); • Adaptação de estratégias pedagógicas tendo em consideração diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos e das turmas; • Implementação de planos de ação/melhoria nas disciplinas que apresentem resultados inferiores às metas definidas; • Reflexão sistemática em torno da qualidade dos progressos, bem como a concretização das medidas cuja necessidade e pertinência seja indicada por essa reflexão; • Valorização das ações de tutoria; • Implementação de assessorias; • Manutenção da oferta de aulas de apoio pedagógico acrescido, indo ao encontro às necessidades dos alunos; • Disponibilização na Biblioteca/Centro de Recursos (BE/CRE) dos meios necessários para todos os utilizadores, em articulação com os departamentos curriculares; • Promoção e incentivo do mérito escolar, através do reconhecimento pessoal e público do mesmo; • Respostas adequadas e atempadas por forma a colmatar eventuais dificuldades no desenvolvimento da criança; • Promoção da prática de atividade física, natação e música ao nível dos Jardins de Infância, promovida pelo parceiro Câmara Municipal; • Apetrechamento dos espaços de ação das crianças dos jardins de infância com materiais adequados e diversificados, potenciadores de aprendizagens de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reuniões de articulação interdisciplinar/atas de reuniões; • Número de alunos com diplomas de mérito e excelência/atas de reuniões de departamento (1.º ciclo) /atas de conselho de turma (2.º e 3.º ciclos); • Taxa de eficácia das medidas apoio pedagógico acrescido, Planos de Acompanhamento Pedagógico, tutorias/ atas de reuniões de departamento (1.º ciclo) /atas de conselho de turma; • Avaliação das assessorias/atas de reuniões de departamento; relatório TEIP; • Níveis de sucesso e de qualidade do sucesso – avaliação formativa; avaliação sumativa interna; avaliação sumativa externa/atas de reuniões de departamento e de conselhos de turma, fichas de registo de avaliação e pautas de avaliação; • Taxa de retenção/atas de reuniões de departamento, Relatório TEIP e pautas de avaliação; • Número de atividades da BE/CRE em articulação com os departamentos curriculares e avaliação regular/ Relatório da BE/CRE e Relatório de execução do PAA; • Nível de competências adquiridas no final da EPE/dados de avaliação final/atas do departamento/relatório do departamento; • Número de crianças da EPE sinalizadas e acompanhadas, com os respetivos recursos/ atas departamento/relatório departamento; • Recursos disponibilizados e sua adequação e utilidade/ relatórios dos projetos curriculares de grupo/atas de articulação horizontal/ relatório departamento.
	1.2. Promover o mérito valorizando os saberes escolares;		
	1.3 Fomentar contextos potenciadores do desenvolvimento integral da criança, na Educação Pré-Escolar (1.ª etapa da educação básica).		
2. Formar os alunos para o respeito pelos valores da dignidade da pessoa humana, o direito à diferença e à	2.1. Promover a formação integral dos alunos nas vertentes física, intelectual, cultural, cívica e social;	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de atividades diversificadas no âmbito do plano anual de atividades (PAA); • Valorização das atividades de enriquecimento curricular (AEC)/clubes/projetos, apostando na organização de ações de incentivo à participação dos alunos tanto na planificação como implementação dessas atividades propiciadoras da formação integral dos alunos, nas várias vertentes; • Desenvolvimento de atividades que promovam a difusão de informações aos 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de execução do PAA e avaliação regular/relatório de execução do PAA; • Número de reuniões de articulação com os docentes de AEC/atas de reuniões de articulação; • Taxa de participação de alunos em AEC/clubes/projetos e avaliação regular/relatório de execução do PAA; • Número de divulgações de atividades/relatório de

<p>inclusão e pela luta pela democracia, solidariedade e cidadania.</p>	<p>2.2. Promover a igualdade de oportunidades dos alunos, atendendo à diversidade da sua condição humana, social e económica;</p> <p>2.3. Consolidar o processo de inclusão das crianças/alunos com Necessidades Educativas Especiais.</p>	<p>alunos e pais/encarregados de educação, no início e o longo do ano letivo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomento e organização de atividades e práticas que permitam o desenvolvimento de valores conducentes à educação para a cidadania; • Auscultação dos alunos, através dos seus representantes nas turmas, sobre o funcionamento geral dos serviços escolares; • Detecção precoce e avaliação atempada de dificuldades no âmbito da Educação Especial; • Criação de condições de transição para a vida adulta dos alunos com NE de carácter permanente, através do desenvolvimento de parcerias institucionais ou estágios empresariais; • Manutenção e melhoria das parcerias com entidades com atribuições no âmbito do trabalho com alunos com NE. 	<p>execução do PAA; página da escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxa de sucesso dos alunos na disciplina de Educação para a Cidadania/atas de reuniões de departamento (1.º ciclo) /conselhos de turma, registos de avaliação dos alunos e pautas de avaliação; • Taxa de sucesso dos alunos com NEE/atas de reuniões de departamento (EPE e 1.º ciclo) /conselhos de turma, registos de avaliação dos alunos e pautas de avaliação; • Número das parcerias/atas de reuniões de departamento, de conselho geral e protocolos existentes; • Taxa de satisfação dos alunos sobre o funcionamento geral dos serviços escolares/inquérito aos alunos.
<p>3. Promover a implementação de práticas inovadoras fornecendo ao aluno uma resposta educativa adequada às exigências futuras enquanto estudante, trabalhador e cidadão.</p>	<p>3.1. Cultivar o desenvolvimento de práticas inovadoras, rentabilizando os conhecimentos adquiridos;</p> <p>3.2. Promover atividades tendentes à consciencialização da comunidade educativa para as questões cívicas, ambientais e da promoção da educação para a saúde e segurança.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade do desenvolvimento de práticas inovadoras, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> - Turma do Ano, Tutorias, Clube de Teatro, Rádio Escola, AMI – Assistência Médica Internacional, PES/Porta Aberta, Clube do Ambiente/Eco Escolas. • Realização de ações de <i>Benchmarking</i> com escolas conhecidas pelas boas práticas e com características idênticas ao AESCT. • Implementação de metodologias ativas e experimentais no ensino e nas aprendizagens, nomeadamente através da implementação do Projeto Semear a Ciência; • Diversificação das formas de avaliação; • Aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação; • Continuação da assunção da BE/CRE como polo central de dinamização de atividades pedagógicas no âmbito da promoção de leitura e aprendizagem autónoma, sem descurar a ligação articular com as diferentes estruturas; • Encorajamento de ações e reconhecimento do trabalho no âmbito da Educação Ambiental e/ou Educação para o Desenvolvimento Sustentável, bem como no âmbito de uma Educação para uma Sexualidade saudável, de acordo com a Organização Mundial de Saúde; • Utilização de critérios de eficiência e utilização racional da energia e monitorização dos consumos de energia, através da dinamização pelo projeto Eco escolas; • Embelezamento dos espaços exteriores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de participação dos alunos nas atividades e projetos/relatório de execução do PAA, relatórios de avaliação dos projetos/ações TEIP; • Número de ações de <i>Benchmarking</i>/Sumários de reuniões; • Número de ações realizadas no âmbito do Projeto Semear a Ciência e avaliação; • Divulgação dos critérios de avaliação/critérios de avaliação; • Relatório anual da BE/CRE; • Número de ações da Equipa PES e avaliação Inquéritos aos alunos; • Monitorização dos consumos.

EIXO II – Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina

Objetivo Geral	Objetivos específicos	Ações a desenvolver	Indicadores /Fontes de Informação
4. Promover no Agrupamento um clima de segurança e um ambiente propiciador do gosto de estar na escola.	<p>4.1. Manter o abandono escolar nulo;</p> <p>4.2. Reduzir o absentismo;</p> <p>4.3. Reduzir a indisciplina.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço de uma cultura de tolerância, respeito e aceitação das regras definidas pelo AESCT, através do cumprimento das regras estipuladas no Regulamento Interno, bem como de critérios de atuação comuns; • Detecção precoce das dificuldades de aprendizagem e problemas com origem no meio social e familiar com encaminhamento para entidades de apoio social e outras, quando necessário, e promover o envolvimento parental no percurso escolar do educando; • Rentabilização das tutorias, do apoio psicológico especializado e do acompanhamento familiar nas situações de alunos em risco; • Contacto estreito com a CPCJ, nomeadamente através da ação do seu interlocutor na escola e ainda com outras entidades externas em ligação com o gabinete de apoio ao aluno e à família (GAAF); • Desenvolvimento de ações de prevenção e combate à indisciplina através do envolvimento de alunos em risco e suas famílias, pelo GAAF, nomeadamente em ações de educação parental; • Desenvolvimento de ações de prevenção e combate ao abandono e absentismo através da animação dos recreios, tempos livres e interrupções letivas ou através da integração dos alunos na transição de nível de ensino; • Acompanhamento dos alunos no processo de desenvolvimento da sua identidade pessoal e do seu projeto de vida, nomeadamente ajudando-os a identificar o percurso formativo mais adequado às suas necessidades e características e envolvendo as famílias nas decisões do aluno; • Valorização das Atividades de Enriquecimento Curricular, Clubes/ Projetos, apostando na organização de ações para incentivar e difundir a participação dos alunos nessas atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ocorrências registadas/direção; • Taxa de assiduidade/mapa de assiduidade; • Taxa de pontualidade/departamentos curriculares (1.º ciclo)/atas de conselho de turma; • Taxa de abandono escolar/direção, serviços administrativos; • Grau de satisfação/inquérito de satisfação aos alunos/ famílias; • Taxa de eficácia/ avaliação das tutorias/relatório de ações TEIP; • Número de alunos/ famílias envolvidos em ações de acompanhamento psicológico/terapia da fala e outras por parte do GAAF/relatório de ações TEIP - GAAF; • Número de alunos envolvidos em ações de animação sociocultural/relatório de ações TEIP - GAAF; • Número de alunos envolvidos em ações de integração na transição de nível de ensino/ relatório ações TEIP - GAAF; • Taxa de participação dos alunos nas AEC, clubes/projetos/relatório de projetos e do PAA.

EIXO III – Gestão e organização do Agrupamento

Objetivo Geral	Objetivos específicos	Ações a desenvolver	Indicadores /Fontes de Informação
5. Assegurar práticas de organização interna adequadas ao desenvolvimento do AESCT e do seu projeto educativo	<p>5.1. Incentivar ações e processos de melhoria contínua da qualidade, do funcionamento e dos resultados da escola, através da promoção de mecanismos de autoavaliação;</p> <p>5.2. Melhorar a eficácia dos circuitos de comunicação e informação, a nível interno e externo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um projeto de autoavaliação e melhoria da escola num processo contínuo (definição de plano de ação – implementação da autoavaliação – divulgação), como forma de monitorização, autorregulação e avaliação do projeto educativo, no sentido de se alcançar a eficácia e eficiência das ações, com vista ao sucesso educativo dos alunos; • Promoção de uma reflexão consequente em torno da qualidade dos progressos ao nível da avaliação dos recursos e dos resultados alcançados interna e externamente, nos diferentes órgãos e estruturas intermédias do Agrupamento; • Aprofundamento de mecanismos de acompanhamento e supervisão da prática letiva e do trabalho de coordenação dos departamentos curriculares, de diretores de turma e do PAA/Projetos; • Implementação de medidas que assegurem uma ocupação plena dos alunos; • Promoção da utilização sistemática dos meios informáticos, como forma de melhoria das comunicações internas e externas e de rentabilização dos recursos; • Supervisão atenta relativa à manutenção dos equipamentos informáticos; • Apetrechamento do portal da escola com informações relevantes e documentos orientadores do Agrupamento, com vista a comunicação externa, por forma a servir a comunidade educativa no geral; • Incentivo à divulgação de todas as atividades que se levem a cabo no AESCT, mantendo a página atualizada; • Continuação da figura do responsável pelas relações com os média, por forma a facilitar a divulgação das atividades/factos mais relevantes pela imprensa local, regional e local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios periódicos trimestrais/equipa de autoavaliação, conselho pedagógico, conselho geral; • Divulgação dos resultados de autoavaliação/equipa de autoavaliação, conselho pedagógico, conselho geral; • Relatórios periódicos de execução do PAA e do PE/equipa de autoavaliação, relatórios de execução do PAA, conselho pedagógico, conselho geral; • Realização de planificações e sumários/departamentos curriculares; • Número de tempos de substituição assegurados/direção/atas CT; • Índice de publicação de atividades na página eletrónica/responsável TIC, página da escola; • Número de contactos estabelecidos com o exterior pelo responsável das relações com os média/ responsável média direção.
6. Promover o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e profissionais de todos os elementos da comunidade educativa.	<p>6.1. Proporcionar aos diversos elementos da comunidade educativa uma oferta diversificada de ações de formação/ sensibilização devidamente enquadradas no plano de formação do AESCT e ajustadas às necessidades diagnosticadas;</p> <p>6.2. Promover nos atores educativos sentimentos de motivação e pertença pela escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de atividades de reflexão e auscultação dos interesses e necessidades dos diferentes intervenientes educativos; • Elaboração de um plano de formação com vista a proporcionar ações de formação/sensibilização que visem diretamente a melhoria do desempenho de pessoal docente e/ou não docente, principalmente nos domínios em que se justifique essa intervenção; • Realização de ações de formação e/ou debates que promovam o desempenho e valorização profissional dos intervenientes; • Promoção da autoformação do pessoal docente e não docente, assim como incentivo à sua capacidade de inovação; • Consideração das competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente, tendo-as em conta na distribuição do serviço, bem como na gestão do crédito horário; • Promoção da organização do trabalho dos assistentes operacionais, através da realização de reuniões periódicas para aferição de estratégias e valorização do seu trabalho na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação dos participantes/questionários de satisfação; • Formação promovida pelo AESCT e pelo Centro de Formação/ plano de formação e relatório de execução; • Taxa de participação dos docentes e não docentes em formações/ plano de formação e relatório de execução.

EIXO IV – Relação Escola-Família-Comunidade e Parcerias

Objetivo Geral	Objetivos específicos	Ações a desenvolver	Indicadores /Fontes de Informação
7. Promover uma escola em ligação permanente com o meio envolvente, numa dialética construtiva com a comunidade local.	<p>7.1. Promover o envolvimento e responsabilização dos pais/encarregados de educação no percurso escolar e no sucesso educativo dos seus educandos;</p> <p>7.2. Maximizar o intercâmbio entre a escola e os parceiros educativos;</p> <p>7.3. Garantir o apoio socioeconómico e a segurança necessários ao bem-estar do aluno.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de atividades de relacionamento com os pais/encarregados de educação, no sentido de estimular a sua participação na vida do AESCT, com vista à concretização das metas para o Agrupamento; • Promoção e apoio na realização de atividades com a participação dos pais/encarregados de educação; • Realização de ações de sensibilização para pais/encarregados de educação sobre competências parentais e outras consideradas pertinentes, através do GAAF; • Fornecimento de suplementos alimentares a alunos que revelem e sua necessidade; • Articulação com os serviços de apoio social da comunidade, de forma a colmatar as necessidades das famílias cujos educandos usufruem de suplementos alimentares; • Implementação das medidas de ação social escolar superiormente estabelecidas. • Preservação da segurança nas escolas através da atualização permanente do plano de segurança do Agrupamento e da realização de simulacros periódicos de incêndio e acidentes; • Garantia da segurança nas escolas do Agrupamento, nomeadamente na Escola Básica Integrada, através da utilização do sistema de videovigilância, assim como o controlo de entradas e saídas através da utilização do cartão magnético. • Promoção de um contacto direto com empresas da área de influência do Agrupamento, com o objetivo de dar a conhecer a escola, ao mesmo tempo que celebrar parcerias com as mesmas, que permitam a colaboração ao nível da realização de transição para a vida ativa; • Manutenção e, se possível, melhoria das parcerias mantidas com entidades no âmbito do trabalho com alunos com NE, como a ASSOL, APPDA-Viseu Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo e empresas locais; • Continuação de atividades de orientação vocacional através da psicóloga do GAAF, disponibilizada através do projeto TEIP; • Promoção da divulgação interna dos protocolos e relações que o Agrupamento mantém com os parceiros educativos; • Envidamento dos esforços necessários para maximizar o envolvimento dos parceiros educativos nas atividades da escola; • Criação de condições favoráveis ao envolvimento e participação da comunidade nas atividades da escola, com vista uma efetiva aproximação e relação da escola ao meio envolvente enquanto realidades indissociáveis; • Realização de momentos de convívio entre a comunidade educativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de atividades desenvolvidas, de atendimentos a pais/EE e de participantes nas atividades/ Relatório trimestral do GAAF; • Número de ações promovidas em conjunto com a associação de Pais/ Relatório ações TEIP - GAAF; • Número de vindas de pais/encarregados de educação à escola por iniciativa própria e quando convocados; Número de participantes pais /encarregados de educação nas atividades da escola/ departamentos curriculares; • Relação entre necessidades diagnosticadas e a resposta dada pelo AESCT ou pelos serviços locais/ relatório de execução do GAAF e serviços administrativos; • Número de simulacros e os seus relatórios/ direção; • Número de parcerias estabelecidas e respetiva participação/relatório de execução do PAA e conselho geral.

PARTE III - METAS

Associamos aos objetivos estratégicos definidos um conjunto de metas que, no decurso do presente PE, potenciarão as condições para atingir o futuro que nos propomos construir. Considerando a natureza projetual do documento, enquadrámos outras metas que venham a ser (re)definidas no âmbito do processo de acompanhamento e avaliação. Assumem-se, como orientadores da ação educativa, o referencial anual definido para as várias áreas de ação, os relatórios anuais ou plurianuais e os referentes produzidos que resultam do Plano Plurianual de Melhoria TEIP.

Sucesso Escolar na Avaliação Externa

Português - 9.º Ano

Histórico	Ano letivo	N.º total de níveis					Taxa de sucesso			Classificação média			
		5	4	3	2	1	No Agrupamento	A nível Nacional	Diferença entre o valor alcançado no Agrupamento e a nível Nacional	No Agrupamento	A nível Nacional	Diferença entre o valor alcançado no Agrupamento e a nível Nacional	
		2014 / 15	1	2	13	3	0	84,21%	75,65%	8,56%	3,05	3,02	0,03
		2015 / 16	0	11	13	8	0	75,00%	71,21%	3,79%	3,09	2,95	0,14
		2016 / 17	0	10	13	5	0	82,14%	74,50%	7,64%	3,18	3,01	0,17
							Valor de partida	2017/2018	2018/2019	2019/2020			
Submetas	Submeta A	Distância da taxa de sucesso para o valor nacional					6,66%	-5%	-4%	-3%			
	Submeta B	Distância da classificação média para o valor nacional					0,12	-0,05	-0,04	-0,03			

Matemática - 9.º Ano

Histórico	Ano letivo	N.º total de níveis					Taxa de sucesso			Classificação média			
		5	4	3	2	1	No Agrupamento	A nível Nacional	Diferença entre o valor alcançado no Agrupamento e a nível Nacional	No Agrupamento	A nível Nacional	Diferença entre o valor Alcançado no Agrupamento e a nível Nacional	
		2014 / 15	0	2	5	10	1	38,89%	47,14%	-8,25%	2,44	2,61	-0,17
		2015 / 16	3	7	7	13	2	53,13%	46,42%	6,71%	2,88	2,55	0,33
		2016 / 17	3	8	4	11	2	53,57%	53,98%	-0,41%	2,96	2,79	0,17
							Valor de partida	2017/2018	2018/2019	2019/2020			
Submetas	Submeta A	Distância da taxa de sucesso para o valor nacional					-0,65%	-5%	-5%	-5%			
	Submeta B	Distância da classificação média para o valor nacional					0,11	-0,05	-0,05	-0,05			

Sucesso Escolar na Avaliação Interna

1.º Ciclo do Ensino Básico							
Histórico	Ano letivo	N.º total de alunos inscritos no EB Regular	N.º total de alunos retidos	Taxa de insucesso escolar	N.º total de alunos avaliados no final do 3.º período	N.º de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas
	2014 / 15	139	5	3,60%	139	132	94,96%
	2015 / 16	125	2	1,60%	125	117	93,60%
	2016 / 17	121	4	3,31%	121	108	89,26%
				Valor de partida	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Submetas	Submeta A	Taxa de insucesso escolar		2,84%	7,15%	7,10%	7,00%
	Submeta B	Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas		92,60%	96,60%	93,15%	97%
Observações:							

2.º Ciclo do Ensino Básico							
Histórico	Ano letivo	N.º total de alunos inscritos no EB Regular	N.º total de alunos retidos	Taxa de insucesso escolar	N.º total de alunos avaliados no final do 3.º período	N.º de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas
	2014 / 15	70	8	11,43%	70	46	65,71%
	2015 / 16	79	3	3,80%	79	51	64,56%
	2016 / 17	68	0	0,00%	68	50	73,53%
				Valor de partida	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Submetas	Submeta A	Taxa de insucesso escolar		5,08%	9,00%	8,75%	8,50%
	Submeta B	Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas		67,93%	71,93%	74,00%	77,15%

3.º Ciclo do Ensino Básico							
Histórico	Ano letivo	N.º total de alunos inscritos no EB Regular	N.º total de alunos retidos	Taxa de insucesso escolar	N.º total de alunos avaliados no final do 3.º período	N.º de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas
	2014 / 15	106	11	10,38%	105	60	57,14%
	2015 / 16	98	1	1,02%	98	68	69,39%
	2016 / 17	104	8	7,69%	104	57	54,81%
				Valor de partida	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Submetas	Submeta A	Taxa de insucesso escolar		6,36%	9,25%	9,00%	8,75%
	Submeta B	Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas		60,45%	64,45%	66,88%	66,04%

Indisciplina

Histórico	Ano letivo	N.º total de alunos Inscrições	N.º total de Medidas Corretivas (MC)	N.º total de Medidas Disciplinares Sancionatórias (MDS)	N.º total Medidas Disciplinares (MD)	Medidas disciplinares por aluno (MDA)	
	2015 / 16	313	3	1	4	0,01	
	2016 / 17	293	7	1	8	0,03	
				Valor de partida	2017/18	2018/19	2019/20
Meta	Medidas disciplinares por aluno (MDA)			0,02	0,10	0,10	0,10

Outras Metas do Projeto Educativo

	Histórico			Valor de partida	Metas		
	2014/2015	2015/2016	2016/2017		2017/2018	2018/2019	2019/2020
Taxa Global de Sucesso do Agrupamento	94,32%	95,09%	94,60%	94,67%	94,75%	94,85%	95%
Competências Adquiridas no final da Educação Pré-Escolar	85,6%	90%	94,2%	89,9%	90%	90,5%	91%
Diplomas de Mérito e Excelência	22,37%	26,69%	25,25%	24,77%	25%	25,50%	26%
Taxa de participação nas Atividades de Enriquecimento Curricular	97%	98,4 %	98,34%	97,9%	98%	98%	98%
Taxa de participação nos Clubes/ Projetos nos 2.º e 3.º ciclos	67,09% 68,87%	57,78% 74,23%	92,65% 54,8%	72,5% 65,9%	70%	72,50%	75%
Número de turmas com avaliação de comportamento "Bom"	65%	80%	65%	70%	70%	70%	70%
Absentismo e abandono	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

A avaliação do Projeto Educativo será feita com o propósito de aferir o grau de consecução das metas e dos objetivos a que se propôs nos diversos eixos: EIXO I – Apoio à melhoria das aprendizagens; EIXO II – Prevenção do abandono, absentismo e indisciplina; EIXO III - Gestão e organização; EIXO IV – Relação escola – família – comunidade e parcerias, bem como monitorizar o processo de implementação do PE para possíveis ajustamentos, se necessário.

Anualmente e no final do período de vigência deste PE, no ano letivo 2019/2020, proceder-se-á a uma avaliação, com o propósito de aferir os resultados globais alcançados e, quantitativamente, o grau de consecução das metas, tendo em conta os seguintes parâmetros:

• **Avaliação dos Recursos:**

- ✓ Espaços físicos; recursos informáticos; recursos humanos (pessoal docente e não docente);
- ✓ Estudo do grau de absentismo;
- ✓ Alunos (SASE; habilitações literárias dos pais; acesso no domínio às TIC).

• **Avaliação dos resultados alcançados:**

Avaliação interna e externa de alunos

- ✓ Resultados alcançados por nível de ensino (insucesso/sucesso, qualidade de sucesso, sucesso pleno e deficitário);
- ✓ Progressão e retenção por ano/ciclo de escolaridade;
- ✓ Eficácia dos planos de acompanhamento pedagógico;
- ✓ Alunos com NE;
- ✓ Abandono escolar;
- ✓ Provas finais de ciclo;

• **Promoção de análises ao nível de:**

- ✓ Estudos comparativos (sucesso dos últimos anos - avaliação interna + avaliação interna/avaliação externa);
- ✓ Inserção no ensino secundário e prosseguimento de estudos;
- ✓ Participação e desenvolvimento cívico: comportamento e disciplina;
- ✓ Grau de abrangência das atividades de enriquecimento curricular;
- ✓ Grau de satisfação dos diversos intervenientes e parceiros: (alunos e pais/encarregados de educação; pessoal docente e não docente; parceiros; impacto na comunidade);
- ✓ Avaliação do contributo do projeto TEIP no sucesso escolar dos alunos;
- ✓ Unidade de Ensino Estruturado;
- ✓ Ação da BE/CRE;
- ✓ Participação dos pais/encarregados de educação;
- ✓ Contributo da ação não docente;
- ✓ Relatório de execução do PAA;
- ✓ Formação promovida pela Escola e Centro de Formação para pessoal docente, não docente e discente;
- ✓ Taxa de participação dos docentes e não docentes em formações;
- ✓ Número de parcerias estabelecidas e avaliação das mesmas;

Revisão concluída em reunião de
Conselho Pedagógico de 16/01/2019
O Presidente

(António Luís Silva Martins)

Revisão aprovada em reunião de
Conselho Geral de 31/01/2019
A Presidente

(Teresa maria Almeida Cidra Carvalho Figueiredo)

Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa

Projeto Curricular de Agrupamento

Anexo ao Projeto Educativo

Índice

Introdução	3
A – Organização Escolar	5
1. Estabelecimentos do Agrupamento e respetivos horários de funcionamento	5
2. Desenho Curricular	5
2.1. Pré-Escolar	5
2.2. Desenho Curricular – 1.º Ciclo	6
2.3. Desenho Curricular – 2.º Ciclo	6
2.4. Desenho Curricular – 3.º Ciclo	7
2.5. Oferta Complementar (1.º, 2.º e 3.º ciclos)	7
2.6. Complemento à Educação Artística	8
3. Medidas de combate ao insucesso e abandono escolar	8
4. Prioridades na matrícula ou renovação de matrícula	9
4.1. Educação Pré-Escolar	9
4.2. Ensino Básico	10
5. Orientação para a constituição de grupos/turmas	10
5.1. Educação Pré-Escolar	10
5.2. Ensino Básico	13
6. Critérios gerais de elaboração dos horários – alunos	13
6.1. Educação Pré-Escolar	13
6.2. 1.º Ciclo	13
6.3. 2.º e 3.º Ciclos	12
7. Critérios gerais para a distribuição de serviço dos docentes	13
7.1. Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico e Apoios Educativos	13
7.2. 2.º e 3.º ciclos	14
7.3. Utilização dos tempos de insuficiência letiva	15
7.4. Critérios para a distribuição do serviço não letivo dos docentes (CNL)	16
7.5. Prestação de apoio	17
7.6. Exercícios de funções e cargos	17
7.7. Educação Especial	18
8. Apoios e atividades de reforço das aprendizagens dos alunos	19
9. Plano de ocupação plena de alunos	22
10. Utilização do crédito horário	23
11. Atividades de enriquecimento curricular	23
11.1. Educação Pré-Escolar – Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)	23
11.2. 1.º CEB – Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	24
11.3. 2.º e 3.º ciclos	24
B. Gestão Curricular	24
1. Critérios de Avaliação	24
1.1. Critérios de retenção/progressão	26
2. Plano Curricular de Grupo e Plano Curricular de Turma	27

INTRODUÇÃO

Os novos referentes normativos perspetivam a Educação como um meio essencial à promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades, visando a promoção de um ensino de qualidade e sucesso para crianças e jovens, no decurso da escolaridade obrigatória.

As aprendizagens devem assumir-se como efetivas e significativas. Os conhecimentos devem ser devidamente interiorizados e consolidados, emergentes da vivência de situações concretas que facilitem o desenvolvimento de competências relevantes, que, por sua vez, devem contribuir para uma cidadania de sucesso no contexto dos desafios característicos da sociedade contemporânea.

As necessidades de resposta à complexidade da sociedade em que nos inserimos, aos desafios locais e globais que nos são colocados com uma frequência avassaladora, à rapidez da informação e à ajustada valoração da sua fiabilidade, aos inevitáveis conflitos interculturais decorrentes da globalização, apontam inevitavelmente para a estruturação de um novo perfil de competências a deter pelo indivíduo.

A descoberta de carências estruturais neste domínio conduziu ao reconhecimento internacional no sentido de se adequarem respostas à problemática. O papel da Escola revela-se, como sempre, fundamental, dada a sua influência determinante na formação e educação de crianças e jovens e na sua preparação para se afirmarem como intervenientes ativos e responsáveis nas comunidades e na sociedade em geral, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentado.

Orientações fundamentais encontram-se plasmadas em documentos estruturantes como o **Perfil de Aluno** no final da escolaridade obrigatória e as **Aprendizagens Essenciais** a deter no decurso da mesma. Pretende-se elencar um conjunto de competências transversais e transdisciplinares que configurem conhecimentos, capacidades, atitudes e valores tidos como determinantes.

O Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho pretende constituir-se, desta forma, como um instrumento de diferenciação pedagógica, pretendendo corresponder às diferenças individuais com vista à melhoria dos processos de aprendizagem, atendendo às especificidades dos contextos de aprendizagem e as diferenças individuais, encaradas, não como constrangimento, mas como potencial de afirmação, facultando:

- a) A aplicação de uma maior flexibilidade na gestão curricular, no intuito de conferir dinâmicas transformadoras no âmbito do trabalho interdisciplinar;
- b) A implementação da componente da Cidadania e Desenvolvimento, com vista ao exercício de uma cidadania ativa e de partilha democrática.

- c) A promoção de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, espírito crítico e criativo, com vista à resolução de conflitos e ao reforço da sua autoestima e bem-estar;
- d) Adotar diferentes dinâmicas de trabalho, nomeadamente através da criação de equipas educativas;
- e) A valorização do trabalho de projeto, tendo como objetivo proporcionar aos alunos aprendizagens significativas, valorizando o seu papel enquanto autores das suas aprendizagens;
- f) A diversificação de instrumentos e modalidades de avaliação, de forma a garantir um diagnóstico atempado das dificuldades manifestadas pelos alunos e uma atuação imediata, bem como a verificação da eficácia do trabalho desenvolvido.

O Projeto Curricular de Agrupamento (PCA), por sua vez, estrutura-se tendo em conta esta nova conjuntura legislativa e de acordo com a filosofia e os princípios estratégicos do seu Projeto Educativo (PE) e pretende-se como o documento que operacionalize essa filosofia, procurando articular saberes, através de processos de reflexão e de participação, contextualizando o Agrupamento no meio em que se insere.

O PCA visa assim, através da reflexão colaborativa de todos os intervenientes no processo educativo, constituir-se num documento facilitador das dinâmicas de mudança.

Desta forma, o PCA deverá constituir-se como o documento de operacionalização dos eixos estratégicos do PE, tendo uma relação direta com os planos curriculares de grupo/planos curriculares de turma, consagrando as orientações que adequam o currículo nacional do ensino básico ao AESCT, privilegiando a articulação de saberes através de processos de reflexão e de participação pela definição de prioridades curriculares.

Com este PCA estabelecem-se as orientações que permitem construir o seu processo de autonomia, guiando os comportamentos e opções a tomar, no respeito pelas dinâmicas produzidas no Agrupamento, considerando para a sua operacionalização as práticas pedagógicas aí desenvolvidas.

A – ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

1. ESTABELECIMENTOS DO AGRUPAMENTO E RESPETIVOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

O AESCT é constituído pela escola-sede do Agrupamento (EBI) e por mais cinco estabelecimentos de ensino, que facultam a educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico, e com o seguinte horário de funcionamento:

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO – PRÉ-ESCOLAR			
Jardins de Infância	Manhã	Tarde	Atividades de Animação e de Apoio à Família (A definir anualmente conforme previsto na Portaria n.º 644-A/2015)
Jardim de Manhouce	9h/12h	13h30/15h30	7h45 às 9h/12h às 13:30h/15h30 às 18h30
Polo Pedagógico de Carvalhais	9h/12h	13h30/15h30	7h30 às 9h/12h às 13:30h/15h30 às 19h15
Jardim de Infância de Santa Cruz da Trapa	9h/12h	13h30/15h30	7h45 às 9h/12h às 13:30h/15h30 às 19h00
Jardim de Infância de Serrazes	9h/12h	13h30/15h30	8h15 às 9h /12h às 13:30h/15h30 às 18h15

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO – 1.º CICLO			
Escolas Básicas do 1.º Ciclo	Início	Termo	Atividades de Enriquecimento Curricular
Escola Básica do 1º Ciclo de Manhouce	9h	17h30	14h/17h30 ou 15h/17h30 ou 16h30/17h30
Polo Pedagógico de Carvalhais			
EBI de Santa Cruz da Trapa			

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO – 2.º e 3.º CICLO			
Escola	Início	Termo	Acolhimento a alunos
EBI de Santa Cruz da Trapa (Turmas do 2.º e 3.º Ciclos)	8h30	17h	7h30 às 8h30/17h00 às 18h30

2. DESENHO CURRICULAR

2.1. PRÉ-ESCOLAR

O currículo em educação de infância é concebido e desenvolvido pelo educador, através da planificação, organização e avaliação do ambiente educativo, bem como das atividades e projetos curriculares, com vista à construção de aprendizagens integradas. A organização do ambiente educativo, como suporte do trabalho curricular e da sua intencionalidade, compreende a organização do grupo, do espaço e do tempo, a relação com os pais e outros parceiros educativos.

O desenho curricular define os contributos das áreas curriculares disciplinares e não disciplinares para a formação dos alunos e para o desenvolvimento de competências inerentes à educação básica. As áreas de conteúdo constituem referências gerais a considerar no planeamento e avaliação das situações e oportunidades de aprendizagem. Distinguem-se três áreas de conteúdo:

- a) Área de Formação Pessoal e Social;
- b) Área de Expressão/comunicação que compreende três domínios:
 - i. domínio das expressões com diferentes vertentes: expressão motora, expressão dramática, expressão plástica e expressão musical;
 - ii. domínio da linguagem e abordagem à escrita;
 - iii. domínio da matemática;
- c) Área do Conhecimento do Mundo.

2.2. DESENHO CURRICULAR – 1.º CICLO

Componentes do Currículo	Carga horária semanal	
	1.º e 2.º anos	3.º e 4.º anos
Português Matemática Estudo do Meio Expressões Artísticas e Educação Física Apoio ao Estudo (a) Oferta Complementar b) Inglês	7h 7h 2h 30m 4h 2h -	6h 30m 7h 3h 3h 1h 2h
	Total: 22h30m	Total: 22h30m
Atividades de Enriquecimento Curricular (d) Área Curricular disciplinar de frequência facultativa: Educação Moral e Religiosa Católica	4h 1h	4h 1h

- (a) Apoio aos alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho, visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática;
 (b) Oferta complementar - Educação para a Cidadania (turmas dos 3º ou 4º anos) ou Educação Cultural (1.º e 2.º anos);
 (c) Atividades a desenvolver em articulação, integrando ações que promovam, de forma transversal, a Educação para a Cidadania e TIC;
 (d) Atividades de caráter facultativo.

2.3. DESENHO CURRICULAR – 2.º CICLO

Componentes do Currículo (b)	Carga horária semanal (a)		
	5.º Ano	6.º Ano	Total ciclo
Áreas disciplinares: Línguas e Estudos Sociais Português; Inglês; História e Geografia de Portugal; Cidadania e Desenvolvimento.	(525) 250 100 150 25	(525) 250 150 100 25	(1050)
Matemática e Ciências Matemática; Ciências Naturais.	(350) 250 100	(350) 250 100	(700)
Educação Artística e Tecnológica Educação Visual Educação Tecnológica; Educação Musical; TIC.	(325) 100 100 100 25	(325) 100 100 100 25	(650)
Educação Física	150	150	(300)
Educação Moral e Religiosa Católica (c)	50	50	(100)
Tempo a cumprir	1400	1400	
Oferta Complementar: Laboratório das Ciências (d)	50	50	(100)
Apoio ao Estudo (e)	100	100	(200)
Complemento à Educação Artística: Arte em Movimento (f)	50	50	(100)

- a) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 50 minutos, de acordo com a opção da escola, dentro dos limites mínimos estabelecidos, por área disciplinar e total por ano e ciclo;
 b) Disciplinas de funcionamento semanal, à exceção de Cidadania e Desenvolvimento, em organização quinzenal, alterando com TIC;
 c) Disciplina de oferta obrigatória, mas de frequência facultativa;
 d) Disciplina criada pela escola para enriquecimento do currículo, com recurso ao crédito, de frequência obrigatória;
 e) Componente de apoio às aprendizagens oferecida pela escola, nas disciplinas de Matemática e Português, sendo obrigatória para os alunos indicados pelo Conselho de Turma, desde que obtido o consentimento dos encarregados de educação;
 f) Componente que possibilita a frequência de outros domínios de área artística, oferecida pela escola, com recurso ao crédito, de frequência obrigatória.

2.4. DESENHO CURRICULAR – 3.º CICLO

Componentes do Currículo (b)	Carga horária semanal (a)			
	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano *	Total ciclo
Áreas disciplinares:	(450)	(450)	(500)	
Português;	200	200	250	650
Línguas Estrangeiras:				
Inglês;	100	150	150	750
Língua Estrangeira II.	150	100	100	
Ciências Humanas e Sociais:	(275)	(225)	(200)	
História;	150	100	100	700
Geografia;	100	100	100	
Cidadania e Desenvolvimento.	25	25		
Matemática	200	200	250	650
Ciências Físicas e Naturais:	(250)	(300)	(250)	
Ciências Naturais;	125	150	125	800
Físico-Química.	125	150	125	
Educação Artística e Tecnológica:	(175)	(175)		
Educação Visual;	100	100	150	
Complemento à Educação Artística (c)	25	50	—	500
TIC.	50	25	—	
Educação Física	150	150	150	450
Educação Moral e Religiosa Católica (d);	50	50	50	150
<i>Tempo a cumprir</i>	1550	1550	1550	4650
Oferta Complementar:				
Cidadania e Desenvolvimento (e)	----	----	50	----

a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 50 minutos, de acordo com a opção da escola, dentro dos limites mínimos estabelecidos, por área disciplinar e total por ano e ciclo;

b) Disciplinas de funcionamento semanal, à exceção de Cidadania e Desenvolvimento, em organização quinzenal, alternando com o Complemento de Educação Artística, no 7.º ano, e TIC, no 8.º ano, bem como um tempo nas disciplinas de Ciências Naturais e Físico-Química (7.º e 9.º ano), para facilitar atividades laboratoriais;

c) Oferta de Expressão e Comunicação;

d) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa;

e) Disciplina não oferecida pela escola (exceto 9.º ano - ano letivo 2018-19)

* Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, sendo que o 9.º ano só ficará abrangido pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho no ano letivo 2019/2020.

2.5. OFERTA COMPLEMENTAR

a) No 1.º ciclo, esta oferta, nas turmas do 1.º e 2.º anos (ao abrigo do Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho), é Educação Cultural e, nas do 3.º e 4.º anos, é Cidadania e Desenvolvimento, sendo orientada pelo professor titular de turma. A primeira pretende pesquisar as raízes dos nossos alunos na comunidade envolvente, numa perspetiva intergeracional, valorizando para tal a sabedoria dos ascendentes, e a segunda, o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia e aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural. O currículo da disciplina será elaborado/reajustado, sempre que necessário, em reunião de departamento do 1.º ciclo, no início de cada ano letivo;

b) No 2.º ciclo, é oferecida a oferta de Laboratório de Ciências, com vista a colocar em prática os pressupostos da matriz curricular de Ciências Naturais, estabelecendo uma relação entre a prática de atividades experimentais e a evolução das aprendizagens significativas e ativas nos discentes. Desta forma, pretende-se que o discente participe de uma forma ativa na construção das suas próprias aprendizagens, investigue, observe, experimente, pense, compare, formule hipóteses e tire conclusões;

c) No 3.º ciclo, apenas existe, no 9.º ano, transitoriamente, a oferta de Cidadania e Desenvolvimento, visto que esta disciplina integra o currículo nos outros anos de escolaridade.

2.6. COMPLEMENTO À EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

- a) No 2.º ciclo, foi criada a disciplina de Arte em Movimento (lecionada pelos docentes de Educação Visual e Educação Tecnológica), com o intuito de desenvolver competências de comunicação e expressão basilares; de explorar metodologias, materiais e técnicas de expressão corporal, dramática, musical e plástica; e de planear, organizar e dinamizar ações e atividades ao nível das diferentes vertentes expressivas;
- b) No 3.º ciclo, no 7.º e 8.º anos, foi introduzida no currículo a disciplina de Expressão e Comunicação (a cargo de um docente da área das línguas). Esta disciplina procura criar um espaço onde os alunos possam aceder a algumas manifestações culturais e compreendê-las na sua vertente comunicativa, educando a sua sensibilidade estética. Pretende ainda desenvolver capacidades ao nível da comunicação oral, de forma assertiva, e ao nível da comunicação de emoções, de forma autocontrolada.

3. MEDIDAS DE COMBATE AO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

As medidas de combate ao insucesso e abandono escolar passam pela conjugação do trabalho de diversas equipas que operam no AESCT, rentabilizando as parcerias, de forma a permitir que os casos detetados sejam intervencionados e encaminhados para a resposta adequada, possibilitando assim aumentar os níveis de sucesso, erradicando o abandono escolar.

O projeto TEIP3 tem como parte integrante dos seus objetivos o combate ao insucesso e ao abandono escolares, pelo que periodicamente é elaborado o plano de melhoria TEIP em que se preveem ações específicas para colmatar estas fragilidades, que historicamente apresentam resultados bastante satisfatórios no Agrupamento.

No âmbito do projeto de autonomia e flexibilidade curricular deverão ser privilegiadas as medidas de promoção do sucesso, nomeadamente:

- a) A promoção de práticas que permitam antecipar e prevenir o insucesso e o abandono escolar, através de uma aposta na diferenciação pedagógica e na intervenção precoce, em detrimento de um enfoque em estratégias remediativas;
- b) O envolvimento dos alunos e dos encarregados de educação na definição, implementação, monitorização e avaliação das medidas de promoção do sucesso educativo;
- c) A capacitação dos recursos das escolas, através de programas que permitam uma intervenção sobre as condicionantes e os fatores preditores do sucesso educativo;
- e) O trabalho colaborativo, valorizando-se o intercâmbio de saberes e de experiências;
- f) A organização de alunos em grupos de trabalho para:
 - i) Aquisição, desenvolvimento e consolidação de aprendizagens específicas, com vista à promoção da articulação entre áreas disciplinares, a funcionar, em regra, de forma temporária;
 - ii) Apoio às aprendizagens, com base numa metodologia de integração de várias áreas disciplinares, privilegiando a pesquisa, tratamento e seleção de informação;
 - iii) Desenvolvimento de trabalho autónomo, interpares, com mediação de professores.
- g) A promoção, através dos serviços de psicologia e orientação, de ações de orientação escolar e profissional, de modo a que os alunos optem por cursos, áreas e disciplinas que correspondam aos seus interesses vocacionais.

4. PRIORIDADES NA MATRÍCULA OU RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA

4.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

1 — Na educação pré-escolar, as vagas existentes em cada estabelecimento de educação, para matrícula ou renovação de matrícula, são preenchidas de acordo com as seguintes prioridades:

1.^a Crianças que completem os cinco e os quatro anos de idade até dia 31 de dezembro, sucessivamente pela ordem indicada;

2.^a Crianças que completem os três anos de idade até 15 de setembro;

3.^a Crianças que completem os três anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro.

2 — No âmbito de cada uma das prioridades referidas no número anterior, e como forma de desempate em situação de igualdade, são observadas, sucessivamente, as seguintes prioridades:

1.^a Com programa educativo individual, conforme o previsto no n.º 3, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho;

2.^a Filhos de mães e pais estudantes menores, nos termos previstos na legislação em vigor;

3.^a Crianças com irmãos a frequentar o estabelecimento de educação pretendido;

4.^a Crianças beneficiárias de ASE, cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido;

5.^a Crianças beneficiárias de ASE, cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido;

6.^a Crianças cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido;

7.^a Crianças mais velhas, contando -se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias;

8.^a Crianças cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido;

9.^a Caso a data de nascimento seja a mesma, o critério de desempate será a data de matrícula.

3 — Na renovação de matrícula na educação pré-escolar é dada prioridade às crianças que frequentaram no ano anterior o estabelecimento de educação que pretendem frequentar, aplicando -se sucessivamente as prioridades definidas nos números anteriores.

4.2. ENSINO BÁSICO

De acordo com o estipulado no artigo 11.º do Despacho Normativo n.º 6/2018, no ensino básico, as vagas existentes em cada estabelecimento de ensino para matrícula ou renovação de matrícula são preenchidas dando-se prioridade, sucessivamente, aos alunos:

1. Com programa educativo individual, conforme o previsto no n.º 3, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho;

2. Que no ano letivo anterior tenham frequentado a educação pré-escolar ou o ensino básico no agrupamento de escolas;

3. Com irmãos já matriculados no estabelecimento de educação e de ensino;

4. Beneficiários de ASE, cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
5. Beneficiários de ASE, cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
6. Cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino, dando-se prioridade de entre estes aos alunos que no ano letivo anterior tenham frequentado um estabelecimento de educação e de ensino do mesmo agrupamento de escolas;
7. Cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de ensino;
8. Mais velhos, no caso de matrícula, e mais novos, quando se trate de renovação de matrícula, à exceção de alunos em situação de retenção que já iniciaram o ciclo de estudos no estabelecimento de educação e de ensino;
9. As crianças que completem os seis anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro, no caso da matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico.

5. ORIENTAÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS/TURMAS

(De acordo com a legislação em vigor)

- a) O trabalho de constituição de grupos/turmas será realizado sob a coordenação da coordenadora dos diretores de turma e coordenadores de departamento curricular da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, podendo ser designados para esta tarefa grupos de trabalho, constituídos preferencialmente pelos educadores/professores titulares de turma, diretores de turma em funções e docentes de Educação Especial;
- b) Para além das orientações legais em vigor, deverão ser tidas em conta as decisões do conselho pedagógico, os planos de turma/planos curriculares de turma e eventuais recomendações dos conselhos de turma de final de ano;
- c) Nos anos não terminais de ciclo, deve ser mantida, tanto quanto possível, a continuidade dos alunos/crianças na mesma turma/grupo, a menos que exista indicação em contrário por parte do conselho de turma, dos departamentos da Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo ou tal não seja viável.

5.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (EPE)

- a) Na EPE os grupos são constituídos por um mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças, não podendo ultrapassar esse limite;
- b) Os grupos da educação pré-escolar são constituídos pelo número mínimo de 20 crianças, sempre que em relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração da criança em grupo reduzido, não podendo este incluir mais de duas nestas condições;
- c) A redução do grupo previsto na alínea anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destas crianças no grupo em pelo menos 60% do tempo curricular.

5.2. ENSINO BÁSICO

- a) Na constituição de turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica, aplicados no quadro de uma eficaz gestão pedagógica, rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes na legislação em vigor;
- b) As turmas do 1.º e 2.º anos de escolaridade são constituídas por 24 alunos e nos demais anos do 1.º ciclo são constituídas por 26 alunos;
- c) As turmas do 1.º ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino de lugar único, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 18 alunos;
- d) As turmas do 1.º ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino com mais de um lugar, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos;
- e) No 1.º ciclo, em caso de grande disparidade entre o número total de alunos de determinada turma relativamente às restantes, poderão alguns desses alunos ser integrados noutra turma, mediante apresentação de proposta, devidamente fundamentada em critérios de natureza pedagógica. Os alunos que mudam de turma podem ser integrados nas turmas constituídas por alunos com o mesmo nível de conhecimentos e capacidades essenciais adquiridos, sob proposta fundamentada do professor titular de turma e parecer do departamento do 1.º ciclo;
- f) As turmas dos 5.º, 7.º e 8.º anos de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos. As turmas do 6.º e 9.º anos de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e máximo de 30 alunos;
- g) Nos 7.º e 8.º anos de escolaridade, o número mínimo para a abertura de uma disciplina de opção do conjunto das disciplinas que integram a oferta de escola é 20 alunos;
- h) As turmas dos anos sequenciais do ensino básico, bem como as disciplinas de continuidade obrigatória, podem funcionar com o número de alunos inferior ao previsto nos números anteriores, desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos, que, no ano letivo anterior, frequentaram a escola com aproveitamento e tendo sempre em consideração que cada turma ou disciplina só pode funcionar com qualquer número de alunos quando for única;
- i) As turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições;
- j) A redução das turmas previstas na alínea anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos em pelo menos 60% do tempo curricular;
- k) A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número inferior ou superior ao estabelecido nos números anteriores carece de autorização dos serviços da DGEsTE, mediante análise de proposta fundamentada do diretor, ouvido o conselho pedagógico;
- l) Não poderão ser agrupados na mesma turma todos os alunos em situação de retenção e/ou com Necessidades Educativas (NE) alunos com medidas selectivas e adicionais, devendo ser respeitada a heterogeneidade do público-alvo; estes alunos deverão, para tal, ser distribuídos pelas várias turmas do mesmo ano;
- m) Todas as disciplinas têm um carácter semanal, à exceção de:
 - i. Cidadania e Desenvolvimento, em organização quinzenal, alternando com TIC, no 2.º ciclo;

- ii. Cidadania e Desenvolvimento, em organização quinzenal, alternando com o Complemento de Educação Artística, no 7.ºano, e TIC, no 8.ºano;
 - iii. um tempo nas disciplinas de Ciências Naturais e Físico-Química (7.º e 9.ºano), para facilitar atividades laboratoriais;
- n) Nas turmas com um número igual ou superior a 20 alunos proceder-se-á a um desdobramento:
- i. de um tempo semanal nas disciplinas de Ciências Naturais e Físico-Química (3.º CEB), para a realização de trabalho prático ou experimental.

6. CRITÉRIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS – ALUNOS

6.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Os horários de funcionamento dos jardins de infância são definidos de acordo com as necessidades dos pais/encarregados de educação, de acordo com o previsto na legislação em vigor, sendo que a componente letiva ocorrerá das nove às doze horas, no período da manhã, e das treze horas e trinta minutos às quinze horas e trinta minutos, no período da tarde.

6.2. 1.º CICLO

- a) As turmas devem ter o regime normal de funcionamento, iniciando as atividades letivas às nove horas. As atividades de enriquecimento curricular desenvolver-se-ão, preferencialmente, no período pós-letivo, terminando às dezassete horas e trinta minutos;
- b) A oferta das AEC é assegurada, sempre que possível, em função da existência de docentes com disponibilidade de horário para o efeito, em função das horas remanescentes existentes nos seus horários;
- d) Em caso de inexistência de professores com horas disponíveis para lecionar as AEC, proceder-se-á à contratação enquanto entidade promotora;
- e) Dado o reduzido número de alunos de algumas turmas, no 1.º ciclo, as atividades de enriquecimento curricular poderão ser desenvolvidas com duas turmas em simultâneo.

6.3. 2.º E 3.º CICLOS

As orientações para elaboração dos horários são as seguintes:

- a) Num mesmo dia de aulas, é recomendável que os alunos não ultrapassem quatro blocos letivos, não sendo contabilizado para o efeito os apoios;
- b) A distribuição da carga horária diária não deve exceder cinco tempos letivos consecutivos;
- c) Os alunos (2.º e 3.º ciclos) não têm atividades letivas nas tardes de quarta-feira;
- d) Deve haver uma distribuição equilibrada, ao longo da semana, das disciplinas/áreas disciplinares, devendo evitar-se que a mesma disciplina seja lecionada em dois dias consecutivos, nos casos em que este se reporte por dois dias semanais apenas;
- e) Na medida do possível, deverá evitar-se as línguas estrangeiras no mesmo dia. Caso tal se torne inviável, estas não deverão ser lecionadas no mesmo turno do dia;
- f) Na distribuição dos tempos letivos ao longo do dia:

- i. deve haver uma distribuição equilibrada de disciplinas com maior exigência teórica e disciplinas de carácter mais prático;
 - ii. deve evitar-se que as disciplinas com maior exigência teórica sejam lecionadas no final do dia.
- g) Na distribuição dos tempos letivos, em cada um dos turnos (manhã e tarde), não podem existir tempos isolados nem desocupados (furos);
- h) Em cada turno, a existirem tempos desocupados, estes devem ser no início ou termo de cada turno;
- i) Sempre que uma disciplina não seja frequentada pela totalidade dos alunos de uma turma, implica evitar, dentro das possibilidades e recursos da escola, que os alunos não matriculados fiquem com esse tempo letivo desocupado; no caso da disciplina de Educação Moral e Religiosa, sempre que tal ocorra, os alunos deverão cumprir o plano de ocupação na BE/CRE;
- j) O intervalo para almoço no 2.º e 3.º ciclos é de 60 minutos e o máximo de 115 minutos;
- k) A disciplina de Educação Física só pode iniciar-se uma hora depois de findo o período definido para o almoço;
- l) Para ocupação dos tempos livres dos alunos serão oferecidos, sempre que possível, atividades de enriquecimento curricular (clubes, projetos, desporto escolar, entre outros);
- m) Salienta-se a possibilidade de alteração pontual de horários dos alunos, para efeitos de substituição de aulas resultante das ausências dos docentes, mediante simples comunicação aos alunos até ao dia anterior, se não houver alteração da mancha horária, e comunicação escrita aos pais/encarregados de educação, se existir tal alteração.

7. CRITÉRIOS GERAIS PARA A DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOS DOCENTES

Na organização e distribuição do serviço docente será respeitado o disposto nos normativos legais, nomeadamente no despacho de organização do ano letivo.

- a) A componente lectiva inclui o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas, com exceção do período de almoço, não devendo resultar desta gestão horas extraordinárias nem necessidade de contratação;
- b) O docente titular de turma assegura as componentes do currículo constantes na respectiva matriz curricular, com exceção do inglês;
- c) As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1.º ciclo são consideradas componente letiva para os docentes de carreira e o docente possua já no seu horário um mínimo de seis horas letivas.

7.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E APOIOS EDUCATIVOS

	Componente Letiva (CL)	Componente não letiva (CNL)		
		Horas de trabalho de estabelecimento (TE)	Horas de trabalho Individual (TI)	Horas para reuniões
Educação pré-escolar	25 Horas	2 Horas	8 Horas	-----
1.ºCiclo	25 Horas	2 Horas	8 Horas	-----
Apoios Educativos	25 Horas	2 Horas	8 Horas	-----

7.1.1. CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO LETIVO DOS DOCENTES (CL)

Para efeitos da atribuição da titularidade de turma são respeitados os seguintes critérios de distribuição de serviço:

- a) Nos anos de concurso nacional de professores, será efetuado um concurso interno, tendo como referência a lista de graduação profissional na escolha dos lugares;
- b) No decorrer de um ciclo concursal, se houver redução de grupos/turmas num estabelecimento do Agrupamento, dá-se preferência ao(s) docente(s) com maior graduação desse estabelecimento. O docente do quadro que ficar sem turma/lugar, devido a extinção/encerramento, irá ocupar o lugar do docente menos graduado em serviço no Agrupamento;
- c) O professor ou educador do quadro que, após escolher o seu lugar/turma, por via do exercício das funções de coordenador de departamento ou outras que impliquem dispensa da titularidade de turma, vir o seu lugar ocupado por outro docente, aquando do término do motivo que justificou essa ausência do lugar originalmente atribuído, regressa ao lugar escolhido inicialmente, onde cumprirá o seu serviço letivo.

7.2. 2.º E 3.º CICLOS

1. A componente letiva dos docentes organiza-se de acordo com a seguinte tabela:

Horas	Total minutos
22	1100
20	1000
18	900
16	800
14	700

- a) A distribuição de serviço letivo deve ter como princípios orientadores fundamentais:
 - i. A qualidade do ensino e os interesses dos alunos;
 - ii. A continuidade das equipas pedagógicas ao longo do ciclo, salvaguardadas as situações em que seja considerado mais adequado outro procedimento;
 - iii. A preocupação de equilíbrio e equidade no interior do grupo disciplinar;
 - iv. As preferências de cada docente (sem carácter vinculativo);
- a) O número de disciplinas/níveis e turmas a atribuir a cada docente tem por pressuposto garantir a qualidade das aprendizagens;
- b) Atendendo a que a função de diretor de turma integra um conjunto de vertentes de atuação, nomeadamente as de coordenador do conselho de turma, gestor/coordenador do plano de turma/plano curricular de turma, e interlocutor/mediador privilegiado entre professores, alunos e pais/encarregados de educação, deve haver a preocupação de, sempre que possível, nomear um diretor de turma com o seguinte perfil: ser, preferencialmente, professor do quadro da escola; lecionar à totalidade dos alunos da turma; ser um docente com facilidade de comunicação/relacionamento interpessoal, capaz de criar um clima de empatia entre os vários intervenientes no processo educativo; ser organizado; ter espírito de iniciativa; gostar de trabalhar em equipa; ter competências de liderança e coordenação;

- c) Na distribuição dos tempos letivos diários de cada docente não podem incluir-se mais do que cinco tempos letivos consecutivos, reportados a períodos de 50 minutos, havendo sempre uma interrupção (para almoço) de duração não inferior a 1h (60 minutos);
- d) O serviço letivo não deve ser distribuído por mais de dois turnos consecutivos;
- e) Os docentes com alunos seus familiares, ou com quem vivam em economia comum, devem informar o diretor, por escrito, até ao encerramento do ano letivo anterior ao seu ingresso no Agrupamento;
- f) A responsabilidade final pela distribuição do serviço é do diretor tendo em conta:
 - i. o quadro legal em vigor;
 - ii. uma gestão eficiente e eficaz dos recursos humanos disponíveis, maximizando o potencial de formação de cada docente (cada docente poderá, independentemente do grupo pelo qual foi recrutado, lecionar toda e qualquer disciplina para a qual detém habilitação adequada - titularidade de formação científica na área disciplinar ou disciplinas que integram o currículo dos alunos, no mesmo ou noutro nível de ensino, para a qual detém habilitação adequada);
 - iii. o superior interesse dos alunos e a qualidade das aprendizagens;
 - iv. continuidade pedagógica;
 - v. as propostas do conselho pedagógico e dos departamentos curriculares (DC);
 - vi. a graduação profissional;
 - vii. as possibilidades organizacionais da escola;
 - viii. outros aspetos relevantes e devidamente fundamentados.
- i) A gestão do crédito horário e o mapa de distribuição desse crédito devem ter em consideração os objetivos do projeto educativo e as orientações constantes do presente documento e dos documentos legais em vigor, e contará com a devida anuência do conselho pedagógico e aprovação do Conselho Geral;
- j) Às quartas-feiras, só há atividades letivas no período da manhã, ficando o período da tarde reservado a reuniões de articulação curricular das equipas educativas no âmbito do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e outras;
- k) No sentido de racionalizar a realização das reuniões, as estruturas e órgãos da escola reúnem com a periodicidade e duração prevista em regulamento interno e regimento interno da cada estrutura ou quando a especificidade dos trabalhos a realizar o exigir.

7.3. UTILIZAÇÃO DOS TEMPOS DE INSUFICIÊNCIA LETIVA

Os tempos de insuficiência letiva poderão ser utilizados em atividades desenvolvidas com alunos, com vista à promoção do sucesso escolar:

- a) Coadjuvação no mesmo ou noutro ciclo de estudos e nível de ensino - com prioridade para as turmas com piores resultados na avaliação interna e externa do ano anterior/reforço de apoio nas disciplinas de português e matemática, bem como coadjuvações nas restantes disciplinas do currículo;
- b) Assessorias pedagógicas no âmbito da Matemática, Português e Inglês (sob proposta dos DC e tendo em conta os planos de melhoria);
- c) Apoio Educativo (EPE, 1.º ciclo), Apoio ao Estudo do 2.º ciclo, Apoio Pedagógico Acrescido (3.º ciclo), apoios individualizados, tutorias, PLNM...;

- d) Participação/dinamização de projetos/clubes;
- e) Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC – 1.º ciclo);
- f) Lecionação a grupos de homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes;
- g) Funções de coordenação educativa e supervisão pedagógica;
- h) Lecionação temporária de docentes em falta (até 5 dias letivos na EPE e 1.º CEB ou 10 dias letivos nos 2.º e 3.º CEB – artigo 10.º, ponto 3 do ECD);
- i) Promoção de atividades com vista a assegurar a ocupação plena dos alunos (OPA);
- j) Apoio à biblioteca escolar/centro de recursos educativos (BE/CRE).

7.4. CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO NÃO LETIVO DOS DOCENTES (CNL)

- a) Os tempos da componente não letiva - tempos para trabalho no estabelecimento - são de marcação obrigatória no horário de trabalho semanal de cada docente, sendo que a componente não letiva de trabalho a nível de estabelecimento é desenvolvida no Agrupamento sob a orientação das respetivas estruturas pedagógicas intermédias;
- b) Aos educadores de infância titulares de grupo de crianças, nas duas horas semanais (TE), compete zelar pelo acompanhamento da execução das atividades de animação e de apoio à família (educação pré escolar) e atendimento aos pais/EE;
- c) Os professores do 1.º ciclo, nas duas horas semanais (TE), realizam atividades de acompanhamento e vigilância dos alunos, durante os intervalos, entre as atividades letivas, com exceção do período de almoço, assim como atendimento aos encarregados de educação e participação em reuniões de articulação, quando a turma usufruir de assessoria pedagógica;
- d) A componente não letiva do docente inclui, além do trabalho individual, da participação em reuniões, etc.):
 - i. tempos do art. 79.º;
 - ii. tempos atribuídos pela escola (TE) - 3 tempos - 2.º e 3.º CEB.

I.

Componente letiva 2.º/3.º Ciclos (incluindo docentes Educação Especial)	Horas de redução do art.º 79.º	Componente Não Letiva Estabelecimento (TE)	Tempos para reuniões	Tempos de trabalho individual (TI)
22	0	3	2	8
20	2	3	2	8
18	4	3	2	8
16	6	3	2	8
14	8	3	2	8

- e) As horas de CNL de estabelecimento, onde se incluem as horas de TE e as horas de redução da CL (art.º 79.º do ECD) são utilizadas prioritariamente para o exercício das seguintes funções:
 - i. coordenação das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica;
 - ii. coordenação pedagógica no âmbito do desporto escolar;

- iii. apoio educativo a alunos (apoio pedagógico acrescido (3.º ciclo), apoios individualizados, apoio ao estudo (2.º ciclo), tutorias, ...);
- iv. atividades de acompanhamento e vigilância dos alunos durante os intervalos (1.º CEB), com exceção do período de almoço;
- v. atendimento aos pais/encarregados de educação;
- vi. articulação Pedagógica;
- vii. dinamização de atividades de enriquecimentos e complemento curricular, incluindo as organizadas no âmbito da ocupação plena dos tempos escolares (dinamização de clubes/projetos, apoio aos alunos na BE/CRE);
- viii. apoio à BE/CRE;
- ix. substituição de docentes na situação de ausência de curta duração;
- x. tempo de deslocação entre os diferentes estabelecimentos deste Agrupamento.

7.5. PRESTAÇÃO DE APOIO

- 1) A prestação de apoio educativo é garantida, por recurso ao tempo:
 - a) Da componente não letiva de estabelecimento, tendo em consideração o previsto na alínea m) de n.º 3 de Artigo 82 do ECD, nos casos de apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem;
 - b) Tempos de insuficiência letiva;
 - c) Resultante do crédito horário previsto no despacho de organização do ano letivo (DOAL).

7.6. EXERCÍCIOS DE FUNÇÕES E CARGOS

Os cargos são atribuídos tendo em conta a formação, o perfil e critérios de continuidade para o exercício das funções/cargos.

O representante de coordenação de estabelecimento do polo pedagógico de Carvalhais é designado pelo diretor.

O coordenador de departamento do 1.º ciclo pode ser coadjuvado no exercício das suas funções por quatro coordenadores, por ano de escolaridade.

7.6.1. COMPONENTE LETIVA (CL)

- a) Diretor de turma – cargo atribuído preferencialmente a um docente com formação especializada em orientação educativa; para a direção de turma serão disponibilizados quatro horas semanais, a repartir entre a componente não letiva e as horas resultantes do crédito horário, garantindo neste um mínimo de 2 horas;
- b) Responsável por grupo(s)/equipa do desporto escolar (crédito próprio);
- c) Professor bibliotecário – afetação de 13 horas da componente letiva a que o docente está obrigado, pelo disposto nos artigos 77.º e 79.º, para o exercício das funções de professor bibliotecário;
- d) Autorizados no âmbito do TEIP e contrato de autonomia;
- e) Outros (vide tempos de insuficiência letiva e crédito horário).

7.6.2. COMPONENTE NÃO LETIVA (CNL)

O número de tempos terá sempre em conta o número de docentes a coordenar, de alunos/turmas envolvidas ou dimensão dos projetos a coordenar.

a) Coordenador de departamento:

Número de docentes que integram o Departamento <small>*não incluído o coordenador</small>	Número de tempos para o exercício do cargo
Até 10 docentes;	2
De 11 docentes a 15 docentes;	3
De 16 docentes a 20 docentes;	4

b) Representantes de disciplina:

- Em cada disciplina onde exista mais do que um docente com pelo menos 6 horas letivas na mesma, é nomeado um representante para apoiar o coordenador do departamento no exercício das suas competências;
- O representante de disciplina é nomeado pelo diretor de entre os docentes profissionalizados da disciplina;
- O coordenador de departamento é, por inerência, o representante de disciplina de um dos grupos disciplinares do seu grupo de recrutamento;

c) As horas a atribuir para o desempenho dos seguintes cargos/funções terá em conta os recursos disponíveis e legislação em vigor:

- i. coordenador dos diretores de turma;
- ii. Diretor de Turma;
- iii. coordenador do plano anual de atividades;
- iv. dinamizadores de projetos e clubes – em função das propostas levadas a conselho pedagógico, das necessidades dos alunos e dos recursos disponíveis;
- v. coordenador do desporto escolar;
- vi. coordenador de plano de melhoria TEIP/Contrato de Autonomia;
- vii. coordenador do projeto de autonomia e flexibilidade curricular;
- viii. coordenador da equipa de autoavaliação e equipa de autoavaliação;
- ix. coordenador dos serviços técnico-pedagógicos.

Nota: Sempre que a CNL, seja insuficiente para assegurar o desempenho dos cargos de coordenação educativa, poderá recorrer-se à componente letiva, usando para tal o crédito horário da escola, quando este exista, ou tempos de insuficiência letiva.

7.7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.7.1. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A distribuição de serviço aos docentes de educação especial é feita em função das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão determinadas no relatório técnico-pedagógico e programa educativo individual dos alunos, relevando a especialidade dos referidos docentes para as crianças e jovens com NE, nomeadamente em:

- a) Apoio especializado de docentes do grupo de recrutamento 910 a alunos que beneficiam de medidas seletivas e/ou adicionais e que frequentam o CAA;
- b) Apoio especializado a outros alunos com NE, a beneficiar de medidas universais, que não frequentam o CAA.

A distribuição de serviço é feita pelo diretor em estreita colaboração com o representante do Núcleo de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão (NAAI).

Na distribuição de serviço, prevalecem critérios de continuidade pedagógica, perspetivando um acompanhamento longitudinal dos alunos.

7.7.2. ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Tendo por base os critérios definidos, o representante do NAAI apresenta uma proposta de horários dos docentes e dos alunos com NE ao diretor.

O diretor pronuncia-se em tempo útil, tendo em conta os critérios definidos na salvaguarda pela maximização dos recursos alocados ao NAAI.

7.7.3. COMPONENTE NÃO LETIVA DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na componente não letiva semanal de estabelecimento, podem ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Apoio a alunos com NE;
- b) Os tempos semanais para reuniões atribuídos aos docentes da Educação Especial destinam-se, para além da reunião do NAAI, a reuniões de articulação com técnicos e outros docentes, nomeadamente professores titulares, diretores de turma, reuniões para gestão, desenvolvimento e avaliação de projetos e planos e, ainda, atendimento a pais/encarregados de educação;
- c) Acompanhamento e supervisão de atividades de enriquecimento e complemento curricular ou da componente de apoio à família em que participam alunos com NE;
- d) A participação na Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI).

8. APOIOS E ATIVIDADES DE REFORÇO DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS

As modalidades e estratégias de apoio educativo caracterizam-se por contribuírem para o reforço das aprendizagens dos alunos, especialmente para aqueles cujas dificuldades são mais evidentes. Assim, pretendendo responder às necessidades de todos e de cada um dos seus alunos e, no sentido de se construir um projeto educativo verdadeiramente inclusivo, que permita a todos os alunos vivenciar o sucesso educativo e pessoal, o agrupamento assegura os seguintes tipos de apoios/medidas educativas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho:

- a) **Diferenciação Pedagógica** – modalidade de apoio educativo que implica a utilização em contexto de sala de aula de estratégias de ensino diversificadas e adequadas a cada aluno (alínea a), ponto 2, artigo 8.º), nomeadamente, entre outros, apoios educativos, assessorias pedagógicas e as coadjuvações em sala de aula:
 - i. As assessorias pedagógicas têm como objetivo reforçar a qualidade das aprendizagens dos alunos de algumas turmas referenciadas. No 1.º ciclo às áreas curriculares disciplinares de Português e Matemática, visando a diversificação de recursos, metodologias e estratégias e o incremento do interesse pelo estudo. No 2.º e 3.º ciclos persegue essencialmente os mesmos objetivos: na disciplina de Inglês, proporcionando aos alunos oportunidades de aperfeiçoar a sua capacidade comunicativa na língua estrangeira, em Português visando aperfeiçoar a capacidade de comunicação oral, aperfeiçoar técnicas de escrita criativa e intencional,

desenvolver a capacidade de compreensão e expressão oral e escrita e, em Matemática, permitindo realizar um apoio mais individualizado, no sentido de desenvolver a autonomia na resolução de tarefas propostas, bem como uma partilha de ideias e de processos de resolução, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de comunicação e o espírito crítico.

As turmas alvo de assessorias pedagógicas são definidas em função do aproveitamento dos alunos no ano letivo anterior, elencado nos planos de melhoria, podendo ser reajustadas de acordo com os resultados escolares a qualquer momento, e sempre em função dos recursos existentes e disponibilizados. Os professores assessores elaboram para cada reunião de avaliação um relatório, dando conta das estratégias implementadas e resultados alcançados pelos alunos, por via desta medida.

- ii. Os Apoios Educativos (1.º ciclo) e coadjuvações em sala de aula devem assentar numa lógica de trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos. Esta medida deve ser adotada, sempre que entendida como necessária.

b) Acomodações curriculares – medidas de gestão curricular que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno, promovendo o sucesso educativo (alínea a), artigo 2.º e alínea b), ponto 2, artigo 8.º).

c) Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos - apoio pedagógico facultado aos alunos que, ao longo do ano, vão revelando dificuldades de aprendizagem. Inclui, nomeadamente, apoio ao estudo (1.º e 2.º ciclo), apoio pedagógico acrescido (3.º ciclo), apoio individual e apoio a PLNM- (alínea e), ponto 2, artigo 8.º):

- i. Apoio ao estudo – No 1.º ciclo, constitui um suporte à aprendizagem, assente numa metodologia de integração das várias componentes do currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a selecção de informação, visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática. Sendo uma das áreas curriculares do currículo de carácter obrigatório é avaliado com uma menção qualitativa (vide ponto Avaliação Sumativa Interna);
- ii. Apoio ao Estudo - No 2.º ciclo é uma oferta, de frequência obrigatória para os alunos indicados pelo conselho de turma, desde que obtido o consentimento escrito dos encarregados de educação. Visa garantir a antecipação e a consolidação dos seus conhecimentos e das suas capacidades, bem como a criação de métodos de estudo. Será atribuído um tempo para apoio na disciplina de Português e outro na de Matemática;
- iii. Apoio pedagógico acrescido – No 3.º ciclo tendo em conta os recursos disponíveis no Agrupamento, este apoio visa responder às dificuldades na aprendizagem, caracterizadas como constrangimentos ao processo de ensino/aprendizagem, de carácter temporário. São consideradas prioritárias as disciplinas de Matemática, Português e Inglês. Este apoio é prestado na sequência da apreciação feita pelo conselho de turma e tendo em conta as dificuldades transitórias e reais de cada aluno;
- iv. Apoio individualizado, quando devidamente fundamentado pelo conselho de turma, tendo em conta os recursos disponíveis;
- v. Aulas de Apoios ao Estudo, de Apoios Pedagógico Acrescido e de Apoios Individualizados devem ser, preferencialmente, atribuídos aos professores da turma que lecionam as disciplinas

a que se reporta o apoio. Na impossibilidade de tal acontecer, esses apoios são distribuídos pelos restantes professores do grupo disciplinar.

No final de cada período letivo, os professores que lecionam estes apoios entregam aos diretores de turma um relatório (modelo próprio) que inclui a avaliação do aluno, meramente qualitativa (vide ponto Avaliação Sumativa Interna), havendo sempre lugar ao registo da assiduidade dos alunos propostos. Este relatório constitui um elemento integrante da avaliação da respetiva disciplina;

vi. Os alunos com PLNM poderão beneficiar de modalidades específicas de apoio/acompanhamento.

d) Adaptações curriculares não significativas – medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitem atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais, de modo a desenvolver as competências previstas no Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória (alínea b), artigo 2.º e alínea b), ponto 2, artigo 9.º).

e) Apoio psicopedagógico – apoio psicológico prestado pela técnica especializada do GAAF ou CRI e/ou intervenção pedagógica com docente de educação especial (alínea c), ponto 2, artigo 9.º).

f) Apoio tutorial – Programa de apoio ao desenvolvimento de estratégias de estudo, técnicas de trabalho e/ou orientação e aconselhamento ao aluno, fomentando o desenvolvimento de atitudes de participação na escola e no meio, bem como na orientação escolar e profissional do aluno (alínea e), ponto 2, artigo 9.º). As tutorias são reguladas por um regimento de ação tutorial, sendo para cada aluno elaborado um plano de ação tutorial, definido de acordo com indicações do conselho de turma. Pretendem preparar os alunos para a sua própria auto-orientação e induzi-los, de forma progressiva, a criarem uma atitude positiva para a tomada de decisões responsáveis sobre o presente e o futuro, quer na escola quer na vida social e profissional. A tutoria é articulada, quer com a família, quer com os serviços de psicologia e orientação e com outras estruturas de orientação educativa, de modo a atender às características específicas de cada aluno. Os professores tutores elaboram para cada reunião de avaliação um relatório, dando conta das estratégias implementadas e resultados alcançados pelos alunos. Elaboram, ainda, relatórios trimestrais sobre os resultados da ação de tutoria, para esclarecimento do diretor de turma, conselhos de turma, conselho pedagógico e da família, tendo por base o plano de ação tutorial elaborado para o aluno.

g) Adaptações curriculares significativas – medidas de gestão curricular que têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares, requerendo a introdução de outras aprendizagens substitutivas e estabelecendo objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal (alínea b), ponto 4, artigo 10.º).

h) Apoio da Educação Especial – Este apoio específico é destinado a alunos que beneficiam de medidas seletivas e/ou adicionais, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 54/2028, de 6 de julho, e que frequentam o CAA (Artigo 13.º do referido decreto).

i) Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) – promove medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, o desenvolvimento de hábitos de trabalho autónomo e de competências facilitadoras das aprendizagens, principalmente para os alunos abrangidos pelas alíneas b), d) e e), ponto 4, artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho). O novo CAA acolhe a valência já existente no terreno, nomeadamente a Unidade de Ensino Estruturado (UEE).

j) O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) - acompanhamento por parte da(s) psicóloga(s), da(s) Terapeuta(s) da Fala, e/ou da animadora sociocultural a alunos, visando contribuir para o

desenvolvimento integral dos mesmos e para a construção da sua identidade pessoal, apoiando-os no seu processo de aprendizagem e de integração no sistema de relações interpessoais da comunidade escolar. Pretende, ainda, prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores, pais/encarregados de educação, no contexto das atividades educativas, tendo em vista o sucesso escolar, a efetiva igualdade de oportunidades e a adequação das respostas educativas; promover atividades específicas de informação escolar e orientação profissional, suscetíveis de ajudar os alunos a situarem-se perante as oportunidades disponíveis, tanto no domínio dos estudos e formações como no das atividades profissionais, favorecendo a indispensável articulação entre a escola e o mundo do trabalho. Incluído no GAAF, existe o atendimento permanente aos alunos “Porta Aberta”. É uma iniciativa dinamizada pela equipa de promoção e educação para a saúde (PES). Disponibiliza atendimento a alunos, individualmente ou em grupos, para esclarecimento de questões/dúvidas sobre educação para a saúde/educação para a sexualidade e apoia os diretores de turma.

K) Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) – Apoia a inclusão dos alunos com necessidade de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada aluno, em parceria com as estruturas da comunidade (ponto 2, artigo 18.º).

Nota: A avaliação da eficácia da aplicação das medidas universais, seletivas e adicionais têm, obrigatoriamente, de ser realizada em cada um dos momentos de avaliação sumativa da escola, através do preenchimento da ficha de avaliação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, e consubstanciada, no caso das duas últimas medidas num relatório no final do ano letivo.

Para os alunos que beneficiam da medida adicional adaptações curriculares significativas é preenchida, cumulativamente, a Ficha de Registo de Avaliação Específica.

Todas estas medidas de apoio deverão ser refletidas nos Projectos Curriculares de Grupo (PCG) e Projetos Curriculares de Turma (PCT).

O Agrupamento oferece ainda como recurso a:

BE/CRE que, por um lado, é um espaço de informação (com tecnologia e recursos) e, por outro, um espaço de conhecimento (com a construção do saber e o desenvolvimento da literacia da informação). Pretende ser uma extensão da sala de aula e um instrumento de apoio pedagógico. Proporciona atividades de apoio ao estudo e de pesquisa, apoia as atividades extracurriculares e tem, como um dos principais objetivos, impulsionar hábitos de leitura, nomeadamente através da implementação do plano nacional de leitura.

9. PLANO DE OCUPAÇÃO PLENA DE ALUNOS

- a) Estes tempos serão retirados da CNL ou de insuficiência letiva;
- b) Deverá ser dada prioridade às permutas ou reposição/antecipação de aulas (quando viável). Apenas haverá lugar a planos de aula, no caso da substituição ser assegurada por um docente da mesma área curricular (aulas numeradas). Caso haja docentes disponíveis para OPA, deverá deixar-se um plano de ocupação, não devendo essas aulas ser numeradas;
- c) Quando não houver planos de aula ou de ocupação deverão ser desenvolvidas atividades relacionadas com: atividades de reforço e consolidação das matérias, laboratórios, atividades no

âmbito das expressões, jogos lúdico didáticos, hora do conto, apoio à dinamização das atividades do PAA, visualização de filmes/documentários, entre outras.

10. UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO HORÁRIO

- 1) Para o desempenho dos cargos de subdiretor, adjunto e coordenador de estabelecimento;
- 2) Para o exercício de:
 - a) Funções de coordenação educativa e supervisão pedagógica (artigo 42.º do DL n.º75/2008, de 22 de abril);
 - b) Funções de direção de turma;
 - c) Funções de assessoria à direção;
 - d) Atividades de manutenção e gestão dos recursos tecnológicos, bem como programação e desenvolvimento de atividades educativas que os envolvam;
- 3) Medidas de promoção do sucesso educativo
 - a) Apoio educativo (1.º ciclo);
 - b) Apoio a grupos de alunos; Nota: Devidamente identificados pelo DT do ano anterior em ficha-modelo da escola;
 - e) Coadjuvação nas expressões artísticas ou físico motoras no 1.º ciclo do ensino básico;
 - f) Coadjuvação em sala de aula, nos restantes ciclos do ensino básico ;
 - g) Apoio ao estudo (2.º ciclo)/apoio pedagógico acrescido (3.º ciclo);
 - h) Oferta complementar no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico;
 - i) Complemento à Educação Artística (2.º ciclo);
 - j) Tutorias;
 - k) Outras, com idêntico objetivo de promover o sucesso escolar e combater o abandono escolar.

Nota: Estas medidas serão aplicadas pelo Diretor sob proposta dos DC ou grupos de docência.

11. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

São atividades de enriquecimento curricular as que, não constando do currículo nacional das disciplinas obrigatórias, proporcionem oportunidades de enriquecimento e desenvolvimento global ou em áreas específicas e permitam a ocupação dos tempos não letivos de forma útil.

As atividades de enriquecimento curricular podem estar integradas em projetos de âmbito geral ou local, em resultado de parcerias ou por iniciativa interna do Agrupamento.

As atividades de enriquecimento curricular devem prosseguir os objetivos do projeto educativo, enquadradas nos planos anuais ou plurianual de atividades.

11.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF)

Sem prejuízo da normal duração semanal das atividades educativas, as crianças podem frequentar atividades de animação e de apoio à família, que devem ser objeto de planificação pelos órgãos competentes do Agrupamento, tendo em conta as necessidades das famílias, articulando com os municípios da respetiva área a sua realização, de acordo com o protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Os horários das atividades de animação e de apoio à família são ajustados em função das necessidades dos pais/encarregados de educação no momento da reunião a realizar no início de cada ano letivo, em cada jardim de infância.

A planificação destas atividades deve envolver obrigatoriamente os educadores e assistentes no prolongamento, sendo da competência daqueles assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da sua execução (no âmbito da CNL de estabelecimento). Estas atividades constam de plano próprio, a implementar em todos os jardins de infância do Agrupamento, que especifica os objetivos, atividades/estratégias, os recursos humanos e materiais, destinatários, calendarização e como será feita a planificação, a avaliação, bem como a monitorização/acompanhamento.

11.2. 1.º - CEB – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)

A organização destas atividades cabe ao Agrupamento, enquanto entidade promotora.

As AEC não podem ser incluídas no horário da atividade curricular, revestem-se de um carácter facultativo e são de frequência gratuita.

São oferecidas atividades físicas e desportivas (andebol ou outras), TIC, ensino da música, oficina criativa, artes performativas, ou outras, em função dos recursos disponíveis.

11.3. 2.º E 3.º CICLOS

Os projetos/clubes formados e a funcionar na escola regem-se por regulamentos próprios, a aprovar em conselho pedagógico, salvaguardada a existência de recursos pelo diretor e dos quais constem:

- a) Os objetivos prosseguidos;
- b) As atividades a desenvolver;
- c) A designação dos responsáveis;
- d) As regras de funcionamento;
- e) Os critérios de admissão;
- f) O local e horário de funcionamento.

As atividades constam do plano anual de atividades e são ajustadas anualmente, tendo em conta a legislação em vigor e conforme as necessidades e os recursos. Deverão ser devidamente divulgadas, na página do Agrupamento, no início de cada ano letivo.

A forma de operacionalização das atividades, assim como os procedimentos a adotar, constam do Plano Anual de Atividades (PAA).

A participação nos clubes deverá ser alvo de uma avaliação qualitativa, no final de cada período, nos registos de avaliação.

B. GESTÃO CURRICULAR

1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- a) Na Educação Pré-Escolar os critérios de avaliação são definidos em documento próprio, aprovados pelo Conselho Pedagógico e contemplam: as áreas de conteúdo previstas nas OCEPE e os níveis de aquisição de competências a adotar, os procedimentos, bem como os intervenientes e os instrumentos de registo;
- b) Nos restantes ciclos de ensino, os critérios de avaliação são definidos por disciplina/área curricular, de acordo com as orientações do currículo nacional, departamentos curriculares e conselhos de diretores de turma;

- c) Estes são aprovados em conselho pedagógico e revistos anualmente, sendo que o peso dos conhecimentos e capacidades de 80% e o dos valores e atitudes de 20%, salvo a Educação Moral e Religiosa e Educação Física;
- d) As capacidades transversais a desenvolver pelos alunos são as seguintes:

Métodos de Trabalho e de Estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir um horário de estudo; • Utilizar métodos de estudo específicos; • Exprimir dúvidas ou dificuldades.
Tratamento de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher dados e informações; • Selecionar e organizar informação; • Elaborar resumos; • Utilizar e dominar progressivamente as TIC.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Escutar o professor e os colegas; • Exprimir-se com clareza; • Fundamentar opiniões pessoais. • Compreender e expressar-se em Língua Portuguesa.
Estratégias cognitivas	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar elementos principais em situações problemáticas; • Selecionar estratégias adequadas; • Prever resultados; • Reformular estratégias;
Relacionamento Interpessoal e de Grupo	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir regras em sala de aula e nos restantes espaços escolares; • Colaborar nas tarefas de grupo; • Respeitar opiniões; • Demonstrar consciência cívica e ambiental

- e) Constituem documento próprio e encontram-se arquivados nos *dossiers* de departamento, no dossier para pais/encarregados de educação e integram os planos de turma/planos curriculares de turma;
- f) Os critérios de avaliação de cada disciplina/área disciplinar/área curricular não disciplinar são disponibilizados aos alunos e pais/encarregados de educação no início do ano letivo. Serão igualmente disponibilizados na página da escola;
- g) Os testes, relatórios e trabalhos, enquanto elementos de avaliação dos alunos, são objeto de um sistema de notação uniforme nos diferentes ciclos de ensino:

Classificação quantitativa	Classificação qualitativa 1.º Ciclo
0 – 49 %	Insuficiente
50 – 69%	Suficiente
70 – 89 %	Bom
90 – 100 %	Muito Bom

Classificação quantitativa	Classificação qualitativa 2.º e 3.º Ciclos
0- 19 %	Fraco
20 – 49 %	Não Satisfaz
50 – 69%	Satisfaz
70 – 89 %	Bom
90 – 100 %	Muito Bom

- h) O prazo para entrega dos resultados da avaliação dos elementos previstos no ponto anterior não deverá ser superior a duas semanas;

- i) No 1.º ciclo, a avaliação assume o carácter meramente qualitativo;
- j) Nos 2.º e 3.º ciclos, será utilizada igualmente uma notação qualitativa;
- k) Não devem ser marcados testes na última semana de cada período.

1.1. CRITÉRIOS DE RETENÇÃO/PROGRESSÃO

1.1.1. AVALIAÇÃO SUMATIVA INTERNA

- a) Ocorre no final de cada período letivo;
- b) A decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência:
 - i) Do professor titular, em articulação com os restantes professores da turma, quando existam, no 1.º ciclo;
 - ii) Do conselho de turma sob proposta dos professores de cada disciplina, nos 2.º e 3.º ciclos;
- c) A informação resultante da avaliação sumativa interna expressa-se, no 1.º ciclo, numa menção qualitativa de *Insuficiente*, *Suficiente*, *Bom* e *Muito Bom* em todas as disciplinas;
- d) A informação resultante da avaliação sumativa interna expressa-se, no 2.º e 3.º ciclos:
 - i. numa classificação de 1 a 5, em todas as disciplinas/áreas disciplinares;
 - ii. numa menção qualitativa de *Insuficiente* ou *Suficiente* na oferta de Apoio ao Estudo (2.º ciclo).

1.1.2. RETENÇÃO EM ANOS NÃO TERMINAIS DE CICLO

- 1. No 1.º ciclo, a retenção ocorre quando o aluno não desenvolveu as aprendizagens definidas para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das aprendizagens definidas para o ano de escolaridade subsequente;
- 2. No 1.º ano de escolaridade não há lugar a retenção, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas injustificadas, em observância do disposto na legislação em vigor;
- 3. No 1.º Ciclo - 2.º e 3.º anos - a retenção ocorre quando se verifica uma das seguintes condições:
 - a) O aluno tiver ultrapassado o limite de faltas e, após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar, o professor titular da turma, em articulação com o departamento do 1.º ciclo, decida pela retenção do aluno;
 - b) Tiver obtido simultaneamente classificação de insuficiente nas disciplinas de Matemática e de Português;
 - c) Tiver obtido menção de insuficiente nas disciplinas de Português ou Matemática e, cumulativamente, menção insuficiente em duas das restantes disciplinas;
- 4. No 2.º ciclo - 5.º ano - e no 3.º ciclo - 7.º e 8.º anos - a retenção ocorre quando se verifica uma das seguintes condições:
 - a) Não desenvolveu conhecimentos e capacidades essenciais, em simultâneo, nas disciplinas de Matemática e Português;
 - b) O aluno não desenvolveu conhecimentos e capacidades em mais de três disciplinas.

1.1.3. AVALIAÇÃO SUMATIVA EXTERNA

No final do 3.º período, após reunião de conselho de turma/docentes para a atribuição da classificação da avaliação sumativa interna e a verificação das condições de admissão às provas finais do 9.º ano, serão afixadas as listas dos alunos admitidos e não admitidos aos referidos exames.

A avaliação externa é da responsabilidade do Ministério da Educação e compreende a realização de provas finais, nas disciplinas de português e matemática, os quais incidem sobre as aprendizagens e conhecimentos e capacidades do 3.º ciclo.

1.1.4. AVALIAÇÃO AFERIDA

Os processos de aferição realizam-se no 2.º ano (1.º Ciclo); no 5.º ano (2.º Ciclo) e no 8.º ano (3.º Ciclo).

As provas de aferição são realizadas no final do ano letivo e têm aplicação obrigatória e universal.

No 2.º ano de escolaridade o processo de aferição abrange todas as áreas do currículo.

As provas de aferição do 5.º e do 8.º ano de escolaridade incidirão, rotativamente, sobre outras áreas do currículo que não o português e a matemática, prevendo-se também, em algumas disciplinas, rotinas de avaliação a partir de situações práticas.

2. PROJETO CURRICULAR DE GRUPO /PLANO CURRICULAR DE TURMA

Existe um tronco comum para elaboração do PCG, na Educação Pré-Escolar, e do PCT, nos restantes ciclos, tendo em vista a prossecução da visão e da missão do PE.

O PCT deve ser elaborado de modo a corresponder às particularidades de cada turma e a permitir a articulação horizontal e vertical das aprendizagens. A concretização do PCT exige a adequação e a diferenciação pedagógica, segundo o perfil da turma, que só se realizará eficazmente se o conselho de turma/professor titular proceder à caracterização da turma, à avaliação das aprendizagens adquiridas e reajuste das medidas de promoção do sucesso educativo.

O PCT deve ser entendido como um documento dinâmico e traduzir, de forma sumária, o planeamento, a realização e a avaliação do ensino e das aprendizagens, assente numa visão interdisciplinar do currículo. Deve compreender:

- i) a identificação das áreas de competência a priorizar no trabalho com a turma;
- ii) o contributo das várias disciplinas para o trabalho de integração disciplinar, nomeadamente, através da definição dos domínios de autonomia curricular e de outras formas de organização do trabalho a desenvolver com a turma;
- iii) a seleção de metodologias de trabalho a utilizar e os mecanismos de monitorização da evolução das aprendizagens dos alunos.

Após cada reunião de conselho de turma/conselho de docentes, os PCT são devidamente atualizados com as informações delas emanadas.

Proceder-se-á a uma monitorização intercalar dos PCG e PCT, no carnaval, e a outra no final do ano letivo.

No âmbito do projeto de autonomia e flexibilidade curricular, os PCT são submetidos à apreciação do Conselho Pedagógico.

- Fim